

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

## CAPÍTULO 2

### TRATAMENTO NACIONAL E ACESSO DE BENS AO MERCADO

#### Seção A: Definições e escopo

##### Artigo 2.1: Definições

Para efeito deste Capítulo:

**filmes e gravações publicitários** referem-se aos meios de comunicação visual ou materiais de áudio gravados, basicamente imagens e/ou sons, que demonstrem a natureza ou funcionamento de bens ou serviços oferecidos para venda ou locação por pessoa estabelecida ou residente no território de uma Parte, desde que esses materiais sejam adequados para exibição a clientes em potencial, porém não para divulgação ao público em geral;

**amostras comerciais de valor insignificante** referem-se às amostras comerciais com valor, individual ou em conjunto, conforme enviadas, de no máximo um dólar norte-americano, ou em valor equivalente na moeda da outra Parte, ou que estejam marcadas, rasgadas, perfuradas ou de alguma forma danificadas, tornando-as inadequadas para venda ou para outro uso que não seja o de amostras comerciais;

**transações consulares** referem-se aos requisitos de que as mercadorias de uma Parte destinadas à exportação para o território da outra Parte devam primeiro ser submetidas à avaliação consular da Parte importadora no território da Parte exportadora com a finalidade de obtenção de faturas consulares ou vistos consulares para faturas comerciais, certificados de origem, manifestos de carga, declarações de exportação do embarcador ou qualquer outra documentação aduaneira exigida para a importação ou a ela relacionada;

**consumido** significa (a) efetivamente consumido; ou (b) submetido a processamento ou fabricação adicional que resulte em alteração significativa no valor, forma ou uso do bem ou na produção de outro bem;

**isento de impostos** significa sem incidência de tarifas aduaneiras;

**mercadoria(s)** significa qualquer bem, produto, artigo ou material;

**mercadorias admitidas para finalidades desportivas** referem-se aos artigos desportivos a serem usados em competições, demonstrações ou treinamento desportivos no território da Parte no qual essas mercadorias são admitidas;

**mercadorias para fins de exibição ou demonstração** incluem os componentes, aparelhos auxiliares e acessórios;

**licenciamento de importação** procedimento administrativo que exige a apresentação de uma solicitação ou outra documentação (diferente da que é geralmente exigida para fins de liberação alfandegária) ao órgão administrativo pertinente, como condição para a importação ao território da Parte importadora;

**Acordo de Licenciamento de Importação** refere-se aos *Procedimentos para o Licenciamento de Importação* da OMC;

**requisito de desempenho** refere-se às exigências de:

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (a) exportar um determinado nível ou porcentagem de mercadorias ou serviços;

substituir as mercadorias ou serviços importados por mercadorias ou serviços da Parte que concede a isenção de tarifas aduaneiras ou uma licença de importação;

- (b) que a pessoa que está se beneficiando da isenção de tarifas aduaneiras ou da concessão de uma licença de importação compre mercadorias ou serviços no território da Parte que está concedendo a isenção de tarifas aduaneiras ou a licença de importação ou dê preferência a mercadorias de produção nacional;
- (c) que a pessoa que está se beneficiando da isenção de tarifas aduaneiras ou da concessão de uma licença de importação produza mercadorias ou serviços no território da Parte que está concedendo a isenção de tarifas aduaneiras ou a licença de importação, com uma determinada porcentagem de conteúdo nacional;
- (d) o volume ou o valor das importações se relacione de alguma forma com o volume ou o valor das exportações ou com o montante da entrada de divisas;
- porém, não inclui a exigência de que uma mercadoria importada seja:
- (e) posteriormente exportada;
- (f) usada como material na produção de outra mercadoria a ser posteriormente exportada;
- (g) substituída por uma mercadoria idêntica ou similar usada como material na produção de outra mercadoria a ser posteriormente exportada; ou
- (h) substituída por uma mercadoria idêntica ou similar a ser posteriormente exportada;

**materiais publicitários impressos** referem-se às mercadorias classificadas no Capítulo 49 do Sistema Harmonizado, incluindo folhetos, panfletos, folhas avulsas, catálogos comerciais, anuários publicados por associações comerciais, materiais e pôsteres de promoção turística, usados para promover, divulgar ou anunciar uma mercadoria ou serviço e que sejam distribuídos gratuitamente.

## **Artigo 2.2: Escopo**

Salvo se especificado de outro modo neste Acordo, este Capítulo se aplica ao comércio de mercadorias de uma Parte.

## **Seção: B – Tratamento nacional e acesso de bens ao mercado**

### **Artigo 2.3: Tratamento nacional**

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

1. Cada Parte dará tratamento nacional às mercadorias das outras Partes, de acordo com o Artigo III do GATT de 1994, incluindo suas notas interpretativas e, para esse efeito, o Artigo III do GATT de 1994 e suas notas interpretativas são incorporadas a este Acordo e fazem parte integrante dele, *mutatis mutandis*.
2. Para maior certeza, o tratamento a ser dado por uma Parte nos termos do parágrafo 1 significa, em relação a um nível regional de governo, um tratamento não menos favorável que o tratamento mais favorável que esse governo regional dê a quaisquer mercadorias similares, diretamente concorrentes ou substituíveis, segundo o caso, da Parte da qual é parte integrante.
3. O Parágrafo 1 não se aplicará às medidas indicadas no Anexo 2-A (Tratamento nacional e restrições de importação e exportação).

**Artigo 2.4: Eliminação de tarifas aduaneiras**

1. Exceto se disposto de outro modo neste Acordo, nenhuma Parte poderá elevar o valor das tarifas aduaneiras em vigor ou adotar novas tarifas aduaneiras sobre uma mercadoria originária.
2. Exceto quando disposto ao contrário neste Acordo, cada Parte deverá eliminar progressivamente suas tarifas aduaneiras sobre as mercadorias originárias de acordo com sua Lista do Anexo 2-D (Eliminação de tarifas).
3. Mediante solicitação de qualquer Parte, a Parte solicitante e uma ou mais Partes discutirão a possibilidade de acelerar a eliminação das tarifas aduaneiras previstas nas Listas do Anexo 2-D (Eliminação de tarifas).
4. Um acordo entre duas ou mais Partes para acelerar a eliminação de uma tarifa aduaneira sobre uma mercadoria originária prevalecerá sobre qualquer alíquota tarifária ou categoria de desgravação estabelecida de acordo com suas Listas do Anexo 2-D (Eliminação de tarifas) para aquela mercadoria quando aprovado por cada uma das Partes do acordo em conformidade com seus procedimentos legais. As Partes desse acordo deverão informar as outras Partes, assim que possível, antes que a nova alíquota de tarifas aduaneiras entre em vigor.
5. Uma Parte pode, a qualquer momento, acelerar unilateralmente a eliminação das tarifas aduaneiras sobre mercadorias originárias de uma ou mais das outras Partes estabelecidas na sua Lista do Anexo 2-D (Eliminação de tarifas). Uma Parte deverá informar às outras Partes, assim que possível, antes que a nova alíquota de tarifas aduaneiras entre em vigor.
6. Para maior certeza, nenhuma Parte poderá proibir um importador de requerer para uma mercadoria originária a alíquota de tarifas aduaneiras aplicada em conformidade com o acordo da OMC.
7. Para maior certeza, uma Parte poderá elevar uma tarifa aduaneira ao nível estabelecido em sua Lista do Anexo 2-D (Eliminação de tarifas) depois de uma redução unilateral para aquele ano.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

**Artigo 2.5: Isenção de tarifas aduaneiras**

1. Nenhuma Parte poderá adotar uma nova isenção de tarifas aduaneiras ou ampliar a aplicação de uma isenção de tarifas aduaneiras em vigor aos beneficiários atuais ou estendê-la a um novo beneficiário, quando a isenção estiver condicionada, explícita ou implicitamente, ao cumprimento de um requisito de desempenho.
2. Nenhuma Parte poderá, explícita ou implicitamente, condicionar a continuação da isenção de tarifas aduaneiras ao cumprimento de um requisito de desempenho.

**Artigo 2.6: Mercadorias reimportadas depois de submetidas a reparos ou alterações**

1. Nenhuma parte aplicará uma tarifa aduaneira a uma mercadoria, independentemente de sua origem, que seja reimportada a seu território depois de ter sido temporariamente exportada de seu território para o território de outra Parte para fins de reparos ou alterações, sem levar em consideração que tal reparo ou alteração poderia ter sido feito no território da Parte da qual a mercadoria foi exportada para reparo ou alteração ou tenha aumentado o valor da mercadoria.<sup>1</sup>
2. Nenhuma Parte poderá aplicar uma tarifa aduaneira a uma mercadoria, independentemente de sua origem, admitida temporariamente do território de outra Parte para reparos ou alterações.
3. Para as finalidades deste Artigo, reparo ou alteração não inclui uma operação ou processo que:
  - (a) destrua as características essenciais de uma mercadoria ou crie uma mercadoria comercialmente diferente; ou
  - (b) transforme uma mercadoria não acabada em uma mercadoria acabada.

**Artigo 2.7: Importação livre de impostos de amostras comerciais de valor insignificante e material publicitário impresso**

Cada Parte autorizará a importação livre de impostos de amostras comerciais de valor insignificante e de material publicitário impresso do território de outra Parte, independentemente de sua origem, podendo, porém, exigir que:

- (a) tais amostras sejam importadas apenas para pedidos de bens ou serviços fornecidos do território, de outra Parte ou de outro país que não seja Parte; ou
- (b) esses materiais publicitários sejam importados em pacotes contendo cada

---

<sup>1</sup> Em relação ao Canadá, este parágrafo não se aplicará a determinadas cargas do Capítulo 89 que tenham sido reparados ou alterados. Essas cargas serão tratadas de forma compatível com as notas associadas aos itens tarifários correspondentes na Lista Tarifária do Canadá do Anexo 2-D (Eliminação de tarifas).

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**  
**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**  
um no máximo um exemplar de cada impresso e que nem os materiais e nem os  
pacotes façam parte de uma remessa maior.

### **Artigo 2.8: Admissão temporária de mercadorias**

1. Cada Parte deverá garantir acesso temporário livre de impostos às seguintes mercadorias, independentemente de sua origem:

- (a) equipamentos profissionais, inclusive equipamentos para imprensa ou televisão, software e equipamentos de radiodifusão e cinematografia necessários para a execução das atividades de negócio, ofício ou profissão de uma pessoa qualificada para admissão temporária de acordo com as leis da Parte importadora;
- (b) mercadorias destinadas à exibição ou demonstração;
- (c) amostras comerciais e filmes e gravações publicitários; e
- (d) mercadorias admitidas para finalidades desportivas.

2. Atendendo à solicitação da pessoa interessada e por motivos considerados válidos por sua autoridade aduaneira, cada Parte prorrogará o prazo da admissão temporária além do período fixado inicialmente.

3. Nenhuma Parte poderá condicionar a admissão temporária de mercadorias livres de impostos citadas no Parágrafo 1 a não ser as exigências de que essas mercadorias:

- (a) sejam usadas apenas por ou sob a supervisão pessoal de um residente local ou residente de outra Parte no exercício da atividade de negócios, ofício, profissão ou atividade desportiva daquela pessoa;
- (b) não sejam vendidas ou alugadas durante a permanência no seu território;
- (c) sejam garantidas por uma fiança de valor não superior aos encargos que de outro modo seriam devidos no caso de admissão ou importação final, reembolsável por ocasião da exportação da mercadoria;
- (d) possam ser identificadas quando importadas e exportadas;
- (e) sejam exportadas no momento da partida da pessoa a que se refere o item (a), ou dentro de um prazo que corresponda razoavelmente ao objetivo da admissão temporária que a Parte possa estabelecer, ou no prazo de um ano, a menos que seja prorrogado;
- (f) sejam admitidas em quantidade não superior à necessária para o uso pretendido; e
- (g) sejam de outro modo admitidas no território da Parte de acordo com a

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês  
legislação local.**

4. Cada Parte deverá conceder admissão temporária isenta de impostos para os contêineres e paletes independentemente de sua origem, em uso ou a serem usados no embarque de mercadorias ou bens em trânsito internacional.

- (a) Para efeito deste parágrafo, contêiner significa um artigo de transporte total ou parcialmente fechado que constitua um compartimento destinado a conter mercadorias ou bens de tamanho grande, com um volume interno de um metro cúbico ou mais, de caráter permanente e resistente o suficiente para ser usado repetidas vezes no trânsito internacional, projetado especialmente para facilitar o carregamento de mercadorias ou bens em mais de um meio de transporte sem necessidade de recarregamento intermediário, seja de manuseio simples, particularmente na transferência de um meio de transporte a outro e que seja fácil de carregar e descarregar, porém não inclui veículos, acessórios ou peças avulsas de veículos nem empacotamento.<sup>2</sup>
- (b) Para efeito deste parágrafo, palete significa uma plataforma pequena portátil, que consiste em dois estrados separados por suportes ou um único estrado sustentado por uma base, sobre a qual as mercadorias podem ser movimentadas, empilhadas ou armazenadas e que é projetada essencialmente para manejo por empilhadeiras, carretilhas ou outros dispositivos de elevação.

5. Se uma condição que uma Parte imponha nos termos do parágrafo 3 não for cumprida, a Parte poderá aplicar a tarifa aduaneira e qualquer outro encargo que normalmente seria devido sobre a mercadoria além de outros encargos ou penalidades previstas em lei.

6. Cada Parte deverá adotar e manter procedimentos que agilizem a liberação das mercadorias admitidas nos termos deste Artigo. Na medida do possível, esses procedimentos deverão garantir que quando uma mercadoria vier acompanhada por um nativo ou residente de outra Parte que esteja buscando entrada temporária, ela deverá ser liberada simultaneamente à entrada desse nativo ou residente.

7. Cada Parte autorizará que uma mercadoria temporariamente admitida nos termos deste Artigo seja exportada por um porto aduaneiro diferente daquele pelo qual a mercadoria foi admitida.

8. Cada Parte, de acordo com a legislação local, garantirá que o importador ou outra pessoa responsável por uma mercadoria admitida nos termos deste Artigo não seja responsável se a mercadoria não for exportada mediante a apresentação de provas satisfatórias à Parte importadora de que a mercadoria foi destruída dentro do prazo originalmente fixado para a admissão temporária ou qualquer prorrogação autorizada.

---

<sup>2</sup> Para maior certeza, nada neste item será interpretado com a finalidade de evitar que uma Parte adote ou mantenha medidas de segurança de rodovias ou ferrovias de aplicação geral, ou de evitar um veículo ou contêiner de entrar ou sair de seu território em local onde a Parte não mantenha um porto aduaneiro.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

9. Sujeito ao Capítulo 9 (Investimento) e Capítulo 10 (Comércio transfronteiriço de serviços):

(a) cada Parte permitirá que um veículo ou contêiner usado em trânsito internacional que entre em seu território proveniente do território da outra Parte saia de seu território por qualquer rota que seja razoavelmente relacionada com a partida pronta e econômica de tal veículo ou contêiner<sup>3</sup>

(b) nenhuma Parte deverá exigir caução ou impor alguma multa ou encargo apenas pelo fato de o porto de entrada do veículo ou do contêiner não ser o mesmo porto de saída;

(c) nenhuma Parte condicionará a liberação de qualquer obrigação, incluindo qualquer fiança, que seja aplicada com relação à entrada de um veículo ou contêiner em seu território a que sua saída se dê por um determinado porto aduaneiro; e

(d) nenhuma Parte exigirá que o veículo ou a transportadora que traga para o seu território o contêiner do território de outra Parte seja o mesmo veículo ou transportadora que leve esse contêiner para o território dessa outra Parte ou para o território de qualquer outra Parte.

10. Para as finalidades do parágrafo 9, “veículo” significa um caminhão, caminhão-trator, trator, reboque ou unidade de reboque, locomotiva ou vagão ou outro equipamento ferroviário.

**Artigo 2.10: Consultas *ad hoc***

1. Cada Parte designará um Ponto de Contato para o Comércio de Mercadorias para facilitar as comunicações entre as Partes sobre qualquer assunto tratado neste Capítulo, incluindo qualquer solicitação ou informação transmitida nos termos do Artigo 26.5 relacionada às medidas de uma Parte que afete a operação deste Capítulo.

2. Qualquer Parte (“a Parte solicitante”) poderá solicitar consultas *ad hoc* para discutir qualquer assunto que surja nos termos deste Capítulo (incluindo medidas não tarifárias específicas), exceto um assunto que poderia ser tratado por meio de um mecanismo de consulta específico estabelecido em outro Capítulo, que a Parte solicitante acredite que possa afetar seus interesses no comércio de bens, mediante a entrega de um pedido por escrito à outra Parte (“a Parte solicitada”) através dos Pontos de Contato para o Comércio de Mercadorias da Parte solicitante e da Parte solicitada. A solicitação deverá ser feita por escrito e identificar as razões que a motivaram, incluindo uma descrição das preocupações da Parte solicitante e uma indicação

---

<sup>3</sup> Para maior certeza, nada neste item deverá ser interpretado para impedir uma Parte de adotar ou manter medidas de segurança de rodovias e ferrovias de aplicação geral, ou de evitar um veículo ou contêiner de entrar ou existir em seu território em local onde a Parte não mantém um porto aduaneiro.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

das disposições deste Capítulo com as quais essas preocupações se relacionam. A Parte solicitante poderá fornecer uma cópia da solicitação a todas as outras Partes.

3. À medida que a Parte à qual a solicitação é feita considere que o assunto objeto da solicitação deva ser tratado conforme um mecanismo de consulta específico estabelecido em outro Capítulo, notificará imediatamente os Pontos de Contato para o Comércio de Mercadorias da Parte solicitante, indicando as razões pelas quais considera que a solicitação deva ser tratada conforme o outro mecanismo e enviar a solicitação e a notificação aos respectivos pontos de contato das Partes identificados no Artigo 27.5 (Pontos de contato) para que sejam adotadas as medidas apropriadas.

4. No prazo de 30 dias do recebimento de uma solicitação nos termos do parágrafo 2, a Parte solicitada deverá fornecer uma resposta por escrito à Parte solicitante. No prazo de 30 dias contados a partir do recebimento da resposta pela Parte solicitante, as Partes solicitante e solicitada (“as Partes consultantes”) deverão se reunir pessoalmente ou por meios eletrônicos para discutir o assunto identificado na solicitação. Se as Partes consultantes decidirem reunir-se pessoalmente, a reunião deverá ser realizada no território da Parte solicitada, exceto quando decidido de outro modo pelas Partes consultantes.

5. Qualquer Parte poderá apresentar uma solicitação por escrito às Partes consultantes para participar das consultas *ad hoc*. Se o assunto não tiver sido resolvido antes do recebimento dessa solicitação e se as Partes consultantes estiverem de acordo, aquela Parte poderá participar das consultas *ad hoc* realizadas nos termos deste Artigo, sujeito às condições que as Partes consultantes decidirem.

6. Se a Parte solicitante considerar que o assunto é urgente, poderá solicitar que as consultas se realizem em um prazo menor do que o estabelecido no parágrafo 4. Qualquer Parte poderá solicitar consultas *ad hoc* urgentes quando uma medida:

(a) for aplicada sem aviso prévio ou sem que as Partes tenham tido a oportunidade de recorrer às consultas *ad hoc* previstas nos parágrafos 2, 3 e 4; e

(b) possa representar uma ameaça de impedir a importação, venda ou distribuição de uma mercadoria originária que esteja no processo de ser transportada de uma Parte exportadora para a Parte importadora, ou que não tenha sido liberada do controle aduaneiro ou esteja armazenada em um armazém regulamentado pela Administração Aduaneira da Parte importadora.

8. As consultas *ad hoc* às quais se refere este Artigo devem ser confidenciais e sem prejuízo aos direitos de qualquer uma das Partes, inclusive sem prejuízo aos direitos referentes aos procedimentos de solução de controvérsias conforme previsto no Capítulo 28 (Solução de controvérsias).

**Artigo 2.11: Restrições à importação e à exportação**

1. Salvo disposições em contrário constantes neste Acordo, nenhuma Parte adotará ou

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

manterá qualquer proibição ou restrição à importação de uma mercadoria de outra Parte ou à exportação ou venda para exportação de qualquer mercadoria destinada ao território de outra Parte, exceto em conformidade com o Artigo XI do GATT de 1994 e suas notas interpretativas. Para essa finalidade, o Artigo XI do GATT de 1994 e suas notas interpretativas são incorporados a este Acordo e fazem parte dele, *mutatis mutandis*.

2. As Partes entendem que os direitos e obrigações do GATT de 1994 incorporados pelo parágrafo 1 proíbem, em quaisquer circunstâncias nas quais qualquer outra forma de restrição seja proibida, que uma Parte adote ou mantenha:

(a) exigências de preços de exportação e importação, exceto quando permitido no cumprimento das ordens e obrigações de direitos antidumping e medidas compensatórias;;

(b) concessão de licenciamento de importação condicionada ao cumprimento de um requisito de desempenho; ou

restrições voluntárias à exportação incompatíveis com o Artigo VI do GATT de 1994, tal como implementado no Artigo 18 do Acordo sobre Subvenções e Medidas Compensatórias (SCM) e o Artigo 8.1 do Acordo Antidumping (AD).

3. Para maior certeza, o parágrafo 1 se aplica à importação de bens criptográficos comerciais.

4. Para efeito do parágrafo 3:

**bens criptográficos comerciais** significa qualquer mercadoria que implemente ou incorpore criptografia, que não tenha sido projetada ou modificada especificamente para uso governamental e esteja à venda ou de outra forma disponível ao público.

5. Os Parágrafos 1 e 2 não deverão ser aplicados às medidas indicadas no Anexo 2-A (Tratamento nacional e restrições de importação e exportação).

6. Na eventualidade de uma Parte adotar ou manter uma proibição ou restrição à importação ou exportação de uma mercadoria para um país que não seja Parte, nenhuma das disposições deste Acordo deverá ser interpretada no sentido de impedir aquela Parte de:

(a) limitar ou proibir a importação da mercadoria de um país que não seja Parte do território de outra Parte; ou

(b) exigir, como condição para exportar a mercadoria daquela Parte ao território de outra Parte, que a mercadoria não seja reexportada ao país que seja Parte, direta ou indiretamente, sem ter sido consumida no território da outra Parte.

7. Na eventualidade de uma Parte adotar ou manter uma proibição ou restrição à importação de uma mercadoria de um país que não seja Parte, as Partes, a pedido de qualquer uma das Partes, deverão entabular consultas com o objetivo de evitar interferência indevida ou distorções sobre negociações de preço, comercialização ou distribuição em outra Parte.

8. Nenhuma das Partes poderá, como condição de compromisso de importação ou para a

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

importação de uma mercadoria, exigir que uma pessoa de outra Parte estabeleça ou mantenha uma relação contratual ou outra com um distribuidor de seu território.<sup>4</sup>

9. Para maior certeza, o parágrafo 8 não impede que uma Parte exija que uma pessoa a qual se refere aquele parágrafo designe um ponto de contato com a finalidade de facilitar as comunicações entre as autoridades reguladoras e essa pessoa.

10. Para as finalidades do parágrafo 8:

**distribuidor** significa uma pessoa de uma Parte que seja responsável pela distribuição comercial, mediação, concessão ou representação, no território daquela Parte, de mercadorias de outra Parte;

**Artigo 2.12: Mercadorias remanufaturadas**

1. Para maior certeza, o parágrafo 1 do Artigo 2.11 (Restrições à importação e exportação) aplica-se às proibições e restrições à importação de mercadorias remanufaturadas.<sup>56</sup>

2. Se uma Parte adota ou mantém medidas proibindo ou restringindo a importação de mercadorias usadas, não deverá aplicar essas medidas a mercadorias remanufaturadas.

**Artigo 2.13: Licenciamento de importação**

1. Nenhuma das Partes poderá adotar ou manter uma medida que seja incompatível com o Acordo de Licenciamento de Importação.

2. Assim que este Acordo entrar em vigor para uma Parte, aquela Parte notificará as outras Partes sobre seus procedimentos de licenciamento de importação, se os tiver. A notificação incluirá as informações especificadas no Artigo 5.2 do Acordo de Licenciamento de Importação e quaisquer informações necessárias nos termos do parágrafo 6.

---

4 Este parágrafo não será aplicado à importação ou distribuição de arroz com e sem casca na Malásia.

5 Para maior certeza, sujeito a suas obrigações nos termos deste Acordo e de Acordos pertinentes da OMC, uma Parte poderá exigir que bens manufaturados:

- (a) sejam identificados como tais para distribuição ou venda em seu território; e
- (b) satisfaçam todos os requisitos técnicos aplicáveis que se aplicam a bens equivalentes em nova condição.

6 Este parágrafo não será aplicado ao tratamento de determinadas mercadorias remanufaturadas pelo Vietnã conforme estabelecido no Anexo 2- B (Mercadorias remanufaturadas).

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

3. Uma Parte será considerada estar em conformidade com o parágrafo 2 com respeito a um procedimento de licenciamento de importação se:

(a) tiver notificado ao Comitê sobre Licenciamento de Importação sobre esse procedimento previsto no Artigo 4 do Acordo de Licenciamento de Importação juntamente com as informações especificadas no Artigo 5.2 desse acordo;

(b) na última apresentação anual feita ao Comitê sobre Licenciamento de Importação anterior à entrada em vigor deste Acordo para essa Parte, em resposta ao questionário anual sobre procedimentos para a concessão de licenças de importação descritos no Artigo 7.3. do Acordo de Licenciamento de Importação, tenha fornecido, em relação àquele procedimento, as informações solicitadas no questionário; e

(c) tenha incluído, seja na notificação descrita no item (a) ou na apresentação anual descrita no item (b), quaisquer informações a serem notificadas para as outras Partes deste Acordo nos termos do parágrafo 6.

4. Cada Parte deverá cumprir com o disposto no Artigo 1.4(a) do Acordo sobre Licenciamento de Importação com respeito a qualquer procedimento, novo ou modificado, sobre licenciamento de importação. Cada Parte publicará em um site oficial do governo as informações a serem publicadas nos termos do Artigo 1.4(a) do Acordo de Licenciamento de Importação em uma fonte de informações previamente notificada ao Comitê sobre Licenciamento de Importação.

5. Cada Parte notificará as outras Partes sobre quaisquer novos procedimentos de licenciamento de importação que tenham sido adotados, assim como as alterações feitas nos procedimentos já existentes, sempre que possível dentro de no máximo 60 dias antes que o novo procedimento ou a alteração entre em vigor. Em nenhuma circunstância, a Parte deverá enviar essa notificação depois de decorridos 60 dias da data de sua publicação. A notificação deverá incluir as informações exigidas nos termos do parágrafo 6. Uma Parte que notifique um novo procedimento sobre trâmites de licenciamentos de importação ou uma alteração a um procedimento já existente ao Comitê sobre Licenciamento de Importação, nos termos dos Artigos 5.1 a 5.3 do Acordo de Licenciamento de Importação, e que inclua nessa notificação quaisquer informações que devam ser notificadas às outras Partes deste Acordo nos termos do parágrafo 6, será considerada em conformidade com essa exigência.

6. (a) Uma notificação feita de acordo com o parágrafo 2, 3 ou 5 indicará se, de acordo com qualquer procedimento sujeito a notificação:

(i) os termos de uma licença de importação de qualquer produto limitam o número de usuários finais do produto; ou

(ii) a Parte impõe alguma das seguintes condições de elegibilidade para obter uma licença para importar um produto:

(A) ser membro de uma associação de setor;

(B) aprovação, pela associação do setor, da solicitação de uma licença

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês  
de importação;**

- (C) ter um histórico de importação do produto ou de produtos similares;
  - (A) capacidade mínima de produção do importador ou usuário final;
  - (D) capital registrado mínimo do importador ou usuário final; ou
  - (F) existir uma relação contratual ou de outra natureza entre o importador e um distribuidor no território da Parte.
- (b) Qualquer notificação que declare, de acordo com o item (a), a existência de uma restrição sobre usuários finais permissíveis ou uma condição de elegibilidade para obter a licença, deverá:
- (i) listar todos os produtos sobre os quais se aplique a restrição ao usuário final ou condição de elegibilidade para obter a licença; e
  - (ii) descrever a restrição ao usuário final ou a condição de elegibilidade para obter a licença.

7. Cada Parte responderá, no prazo de 60 dias, a uma consulta cabível de outra Parte sobre suas normas de licenciamento e seus procedimentos para a apresentação de uma solicitação de licença de importação, inclusive a elegibilidade das pessoas, firmas e instituições para fazer essa solicitação, o(s) órgão(s) administrativo(s) a ser(em) contatado(s) e a lista de produtos objeto da solicitação.

8. Nos casos em que uma Parte tenha negado uma solicitação de licença de importação de uma mercadoria de outra Parte, deverá, a pedido do solicitante e dentro de um prazo razoável após o recebimento da solicitação, fornecer ao solicitante uma explicação por escrito da(s) razão(razões) para negar a solicitação.

9. Nenhuma Parte poderá apresentar um procedimento de licenciamento de importação de uma mercadoria de outra Parte, exceto quando, com respeito àquele procedimento, tenha cumprido os requisitos do parágrafo 2 ou parágrafo 4, conforme for o caso.

**Artigo 2.14: Transparência nos procedimentos de licenciamento de exportação<sup>7</sup>**

1. Dentro de 30 dias a contar da data que este acordo entrar em vigor, cada Parte deverá informar por escrito às outras Partes sobre as publicações nas quais seus procedimentos de licenciamento de exportação, se houver, estão especificados, inclusive endereços de sites governamentais correspondentes. Daí por diante, cada Parte divulgará nas publicações e sites notificados qualquer novo procedimento de licenciamento de exportação ou qualquer modificação

---

<sup>7</sup> As obrigações contidas neste Artigo se aplicam apenas a procedimentos para solicitação de licença de exportação.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

de procedimento de licenciamento de exportação adotada, tão rápido quanto possível, no mais tardar 30 dias após a entrada em vigor do novo procedimento ou modificação.

2. Cada Parte deverá garantir que as publicações notificadas nos termos do parágrafo 1 incluam:

- (a) os textos de seus procedimentos de licenciamento de exportação, inclusive qualquer modificação que fizer nesses procedimentos;
- (b) as mercadorias sujeitas a cada procedimento de licenciamento;
- (c) para cada procedimento, uma descrição:
  - (i) do processo para solicitar uma licença;
  - (ii) de qualquer critério que o solicitante deva obedecer para ser elegível para obter uma licença, como a posse de licença para a atividade, criação ou manutenção de investimento ou operação em uma forma particular de estabelecimento no território de uma Parte;
- (d) ponto ou pontos de contato dos quais os interessados possam receber mais informações sobre as condições para obter uma licença de exportação;
- (e) o órgão ou órgãos administrativos aos quais uma solicitação ou outros documentos pertinentes devam ser apresentados;
- (f) uma descrição ou referência de publicação que reproduza integralmente todas as medidas que o procedimento de licenciamento de exportação está destinado a implementar;
- (g) o período durante o qual cada procedimento de licenciamento de exportação estará em vigor, a menos que esse procedimento permaneça em vigor até ser cancelado ou alterado em uma nova publicação;
- (h) caso a Parte pretenda usar um procedimento de licenciamento para administrar uma cota de exportação, a quantidade total e, quando possível, o valor da cota e as datas de abertura e encerramento da cota; e
- (i) quaisquer isenções ou exceções disponíveis ao público que substituam o requisito para obter uma licença de exportação, como solicitar ou usar essas isenções ou exceções e os critérios aplicáveis.

3. Exceto nos casos em que ao fazê-lo revelaria informações comerciais proprietárias ou outras informações confidenciais de uma pessoa em particular, mediante solicitação de outra Parte que tenha interesse comercial substancial na questão, uma Parte fornecerá, na medida do possível, as seguintes informações relativas a um determinado procedimento de licenciamento de exportação que adote ou mantenha:

- (a) o número agregado de licenças que a Parte concedeu durante um período

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês  
recente especificado pela Parte solicitante; e**

(b) as medidas, se houver, que a Parte adotou em conjunto com o procedimento de licenciamento para restringir a produção ou o consumo interno ou estabilizar a produção, o fornecimento ou os preços para a(s) mercadoria(s) pertinente(s).

4. Nada neste Artigo será interpretado de forma a exigir que uma Parte conceda uma licença de exportação ou que possa impedir uma Parte de implementar suas obrigações/compromissos de acordo com as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas assim como de regimes de não proliferação multilaterais, inclusive: o *Acordo de Wassenaar sobre Controles de Exportação de Armas Convencionais e Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização*; o Grupo de Fornecedores Nucleares; o Grupo da Austrália; a *Convenção sobre a Proibição de Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre sua Destruição*, realizada em Paris, em 13 de janeiro de 1993; a *Convenção sobre a Proibição de Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sobre sua Destruição*, realizada em Washington, Londres e Moscou em 10 de abril de 1972; o *Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares*; e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis.

5. Para efeito deste Artigo:

**procedimento de licenciamento de exportação** significa um requisito adotado ou mantido por uma Parte segundo o qual um exportador deve, como condição para exportar uma mercadoria do território da Parte, apresentar uma solicitação ou outra documentação a um órgão ou órgãos administrativos, dispensando a inclusão de documentos alfandegários exigidos no curso normal do comércio ou qualquer requisito que deva ser cumprido antes da introdução da mercadoria para ser comercializada dentro do território da Parte.

### **Artigo 2.15: Taxas e formalidades administrativas**

1. Cada Parte garantirá, nos termos do Artigo VIII:1 do GATT de 1994 e suas notas interpretativas, que todos os encargos e taxas de qualquer natureza (que não sejam impostos de exportação, tarifas aduaneiras, encargos equivalentes a um imposto interno ou outro encargo interno aplicado de acordo com o Artigo III:2 do GATT de 1994 e tarifas antidumping e compensatórias) incidentes sobre ou relativos à importação ou exportação sejam limitados em valor ao custo aproximado dos serviços prestados e não representem proteção indireta a mercadorias nacionais ou taxação de importações ou exportações para fins fiscais.

2. Nenhuma Parte poderá exigir transações consulares, inclusive taxas e encargos correspondentes, relativas à importação de qualquer mercadoria das outras Partes.

3. Cada Parte disponibilizará por meio da internet uma lista atualizada de taxas e encargos que aplica com relação à importação ou exportação.

4. Nenhuma Parte cobrará taxas e encargos sobre ou relativos à importação ou exportação em

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

base *ad valorem*.<sup>8</sup>

5. Cada Parte revisará periodicamente suas taxas e encargos com vistas a reduzir seu número e diversidade, quando possível.

**Artigo 2.16: Tarifas, impostos ou outros encargos de exportação**

Exceto pelo disposto no Anexo 2-C (Tarifas, impostos ou outros encargos de exportação), nenhuma Parte poderá adotar ou manter qualquer tarifa, imposto ou encargo sobre a exportação de qualquer mercadoria para o território de outra Parte, a menos que essas tarifas, impostos ou encargos sejam adotados ou mantidos para essa mercadoria quando destinada ao consumo interno.

**Artigo 2.17: Comitê sobre o comércio de mercadorias**

1. As Partes estabelecem, por este documento, um Comitê sobre Comércio de Mercadorias (Comitê), abrangendo representantes de cada Parte.

2. O Comitê deverá se reunir nas datas decididas em conjunto pelas Partes para examinar qualquer questão que surja em decorrência deste Capítulo. As reuniões ocorrerão em locais e por meios decididos em conjunto pelas Partes. Durante os primeiros cinco anos após a entrada em vigor deste Acordo, o Comitê deverá se reunir pelo menos uma vez por ano.

3. As funções do comitê incluirão:

(a) promoção do comércio de mercadorias entre as Partes, inclusive por meio de consultas sobre a aceleração da eliminação de tarifas nos termos deste Acordo e outros assuntos, se considerar adequado;

(b) combater barreiras ao comércio de mercadorias entre as Partes, a não ser aquelas de competência de outros órgãos do TPP que não a Comissão, especialmente as relacionadas com a aplicação de medidas não tarifárias, se apropriado, encaminhando esses assuntos à Comissão para consideração;

(c) revisão de futuras emendas ao Sistema Harmonizado (SH) para garantir que as obrigações de cada Parte nos termos deste Acordo não sejam alteradas, inclusive mediante o estabelecimento, conforme necessário, de diretrizes para a transposição de Listas das Partes do Anexo 2-D (Eliminação de tarifas) e consultas para resolver quaisquer conflitos entre:

---

<sup>8</sup> A Taxa de Processamento de Mercadorias (MPF) será a única taxa ou encargo dos Estados Unidos a qual se aplicará este parágrafo. Além disso, este parágrafo não se aplicará a nenhuma taxa ou encargo dos Estados Unidos até três anos após a data de entrada em vigor do Acordo. Ademais, este parágrafo não se aplicará a nenhuma taxa ou encargo do México sobre ou com relação à importação ou exportação de uma mercadoria não originária desse país até cinco anos após a entrada em vigor deste Acordo para o México.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (i) emendas ao Sistema Harmonizado e Anexo 2-D; ou
- (ii) o Anexo 2-D e nomenclaturas nacionais;
- (d) consultas e empenho para resolver qualquer diferença que possa surgir entre as Partes sobre assuntos relacionados com a classificação de mercadorias nos termos do Sistema Harmonizado e o Anexo 2-D; e
- (e) realização de qualquer trabalho adicional que a Comissão lhe atribua.

4. O Comitê consultará, quando apropriado, outros comitês estabelecidos nos termos deste Acordo ao tratar de assuntos de relevância para esses comitês.

5. Em um prazo de dois anos da entrada em vigor deste Acordo, o Comitê apresentará à Comissão um relatório inicial sobre seu trabalho conforme previsto nos itens 3(a) e 3(b). Ao produzir esse relatório, o Comitê consultará, se apropriado, o Comitê sobre Comércio Agrícola estabelecido nos termos da Seção C deste Capítulo e o Comitê sobre Assuntos do Comércio de Têxteis e Vestuário estabelecido conforme previsto no Capítulo 4 do Acordo sobre trechos do relatório pertinentes a esses comitês.

### **Artigo 2.19: Publicação**

Cada Parte publicará imediatamente as seguintes informações de maneira não discriminatória e de fácil acesso para permitir às partes interessadas tomar conhecimento delas:

- (a) procedimentos de importação, exportação e trânsito (inclusive portos, aeroportos e outros procedimentos de pontos de entrada) e formulários e documentos necessários;
- (b) alíquotas tarifárias aplicadas e impostos de qualquer espécie incidentes sobre importação ou exportação ou relacionados com elas;
- (c) normas para classificação ou valoração de produtos para fins alfandegários;
- (d) leis, regulamentações e decisões administrativas de aplicação geral relativas às regras de origem;
- (e) restrições ou proibições de importação, exportação ou trânsito;
- (f) taxas e encargos incidentes sobre importação, exportação ou trânsito ou relativos a eles;
- (g) disposições sobre multas por violação de formalidades de importação, exportação ou trânsito;
- (h) procedimentos de apelação;

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (i) acordos ou partes desses com qualquer país ou países relacionados com importação, exportação ou trânsito;
- (j) procedimentos administrativos relacionados com a imposição de cotas tarifárias; e,
- (k) tabelas de correlação mostrando a correspondência entre qualquer nova nomenclatura nacional e a nomenclatura nacional anterior.

**Artigo 2.20: Comércio de produtos de tecnologia da informação**

Cada Parte será participante da Declaração Ministerial sobre o Comércio de Produtos de Tecnologia de Informação da OMC (Acordo de Tecnologia da Informação ou ITA) e terá concluído os procedimentos para modificação e retificação da sua Lista de Concessões Tarifárias, especificado na Decisão de 26 de março de 1980, L/4962, de acordo com o parágrafo 2 do ITA.<sup>9</sup>

**Seção C – Agricultura**

**Artigo 2.21: Definições**

Para efeito desta Seção:

**produtos agrícolas** são as mercadorias às quais se refere o Artigo 2 do *Acordo sobre Agricultura* da OMC;

**subsídios de exportação** terá o significado atribuído a esse termo no Artigo 1(e) do *Acordo sobre Agricultura* da OMC, incluindo qualquer emenda a esse artigo;

**biotecnologia moderna** significa a aplicação de:

(a) técnicas com ácido nucleico *in vitro*, inclusive o Ácido Desoxirribonucleico recombinante (rDNA) e a injeção direta de ácido nucleico em células ou organelas, ou

(a) fusão de células além da família taxonômica,

que superam barreiras naturais fisiológicas reprodutivas ou recombinantes e que não são técnicas usadas em reprodução e seleção tradicionais; e

---

<sup>9</sup> O Artigo 2.20 não se aplicará a Brunei Darussalam até um ano após a data de entrada em vigor do Acordo. Não obstante o Artigo 2.20, o Chile e o México deverão se empenhar para se tornarem participantes do Acordo de Tecnologia da Informação. A eventual participação do Chile e do México no ITA estará sujeita à conclusão de procedimentos legais internos.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

**produtos da biotecnologia moderna** são produtos agrícolas, bem como peixes e produtos da atividade pesqueira<sup>10</sup>, desenvolvidos usando a biotecnologia moderna, mas não inclui medicamentos e produtos médicos.

**2.22: Escopo**

Esta Seção se aplica a medidas adotadas ou mantidas por uma Parte com relação ao comércio de produtos agrícolas.

**Artigo 2.23: Subsídios à exportação agrícola**

1. As Partes compartilham o objetivo da eliminação multilateral de subsídios à exportação de produtos agrícolas e trabalharão em conjunto para chegar a um acordo na OMC com vistas a eliminar esses subsídios e impedir sua reintrodução de qualquer forma que seja.
2. Nenhuma Parte poderá adotar ou manter qualquer subsídio à exportação de qualquer produto agrícola destinado ao território de outra Parte<sup>11</sup>.

**Artigo 2.24: Créditos à exportação, garantias de crédito à exportação ou programas de seguro**

Reconhecendo o trabalho em andamento na OMC na área de concorrência nas exportações e que essa concorrência continua a ser uma prioridade fundamental em negociações multilaterais, as Partes trabalharão em conjunto na OMC com o objetivo de desenvolver normas disciplinares para reger a cláusula de créditos à exportação, garantias de crédito à exportação e programas de seguro, inclusive normas disciplinares sobre assuntos como transparência, autofinanciamento e condições de reembolso.

**Artigo 2.25: Empresas comerciais estatais para exportação agrícola**

1. As Partes trabalharão em conjunto rumo a um acordo na OMC sobre empresas comerciais estatais exportadoras que exija:

- (a) a eliminação de restrições que distorcem o comércio sobre a autorização

---

<sup>10</sup> Peixes e produtos da atividade pesqueira são definidos como produtos no Capítulo 3 do Sistema Harmonizado.

<sup>11</sup> Para maior certeza e sem prejuízo da posição de qualquer Parte na OMC, este Artigo não cobre as medidas tratadas no Artigo 10 do Acordo sobre Agricultura da OMC.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês  
para exportação de produtos agrícolas;**

- (b) a eliminação de qualquer financiamento especial que um Membro da OMC conceda direta ou indiretamente a empresas comerciais estatais que exportam para venda uma parte significativa das exportações totais de um produto agrícola do País-Membro; e
- (c) maior transparência com relação à operação e manutenção de empresas comerciais estatais exportadoras.

**Artigo 2.26: Restrições à exportação – segurança alimentar**

1. As Partes reconhecem que, nos termos do Artigo XI.2(a) do GATT de 1994, uma Parte poderá aplicar temporariamente uma proibição ou restrição à exportação que, de outro modo, estaria proibida conforme previsto no Artigo XI.1 do GATT de 1994 sobre gêneros alimentícios<sup>12</sup>, para evitar ou aliviar uma escassez grave de alimentos, estando ela sujeita a cumprir as condições especificadas no Artigo 12.1 do Acordo sobre Agricultura.

2. Além das condições segundo as quais uma Parte poderá aplicar uma proibição ou restrição à exportação, que não seja tarifa, imposto ou outro encargo sobre gêneros alimentícios:

- (a) qualquer Parte que:
  - (i) imponha essa proibição ou restrição sobre a exportação ou venda para exportação de gêneros alimentícios a outra Parte, a fim de evitar ou aliviar uma escassez grave de gêneros alimentícios, deverá notificar em todos os casos a medida às outras Partes antes da data de entrada em vigor e, exceto quando uma escassez grave for causada por evento considerado de força maior, deverá notificar a medida às outras Partes pelo menos 30 dias antes de sua entrada em vigor; ou
  - (ii) na data de entrada em vigor deste Acordo para essa Parte mantenha essa proibição ou restrição, deverá notificar a medida às outras Partes dentro de 30 dias a contar dessa data.
- (b) A notificação prevista neste parágrafo incluirá os motivos para impor ou manter a proibição ou restrição, bem como uma explicação de como a medida atende ao Artigo XI.2(a) do GATT de 1994 e indicará as medidas alternativas, se houver, consideradas pela Parte antes de impor a proibição ou restrição.
- (c) Uma medida não estará sujeita à notificação nos termos deste parágrafo ou do parágrafo 4 se proibir ou restringir a exportação ou venda para exportação apenas de um gênero alimentício ou gêneros alimentícios dos quais a Parte que impôs a

---

<sup>12</sup> Para efeito deste Artigo, gêneros alimentícios incluem peixes e produtos da atividade pesqueira destinados ao consumo humano.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

medida tenha sido um importador líquido durante todos os três anos civis anteriores à imposição da medida, com exceção do ano em que a Parte impôs a medida.

- (d) Caso uma Parte que adote ou mantenha uma medida citada no item (a) seja um importador líquido de cada gênero alimentício sujeito a essa medida durante todos os três anos civis anteriores à imposição da medida, com exceção do ano em que a Parte impôs a medida, e essa Parte não notificar as outras de acordo com o item (a), a Parte deverá, dentro de um período razoável de tempo, fornecer a todas as outras Partes dados comerciais demonstrando que era um importador líquido do(s) gênero(s) alimentício(s) durante esses três anos civis.

3. Qualquer Parte obrigada a notificar a medida de acordo com o parágrafo 2(a) deverá:

- (a) consultar, mediante solicitação, qualquer outra Parte que tenha interesse substancial como importador dos gêneros alimentícios sujeitos à medida, sobre qualquer assunto relativo à medida;

- (b) mediante solicitação de qualquer Parte com interesse substancial como importador dos alimentos sujeitos à medida, fornecer a essa Parte indicadores econômicos pertinentes indicando se uma grave escassez, nos termos do Artigo XI.2(a) do GATT de 1994, ocorrerá ou provavelmente ocorrerá caso não se imponha a medida e de como essa medida evitará ou aliviará essa grave escassez; e

- (c) responder por escrito a qualquer pergunta de outra Parte referente à medida dentro de 14 dias a partir do recebimento da pergunta.

4. Qualquer Parte que considere que outra Parte deveria ter notificado sobre a medida nos termos do parágrafo 2(a) poderá levar a questão à atenção dessa outra Parte. Se o assunto não for resolvido satisfatória e prontamente depois disso, a Parte que considerar que a medida deveria ter sido notificada pode levar a questão à atenção das outras Partes.

5. É recomendável que uma Parte cancele uma medida sujeita à notificação nos termos dos parágrafos 2(a) ou 4 dentro de 6 meses da data em que foi imposta. Uma Parte que pretenda continuar com a medida além dos seis meses da data em que foi imposta notificará as outras Partes no mais tardar cinco meses após a data da imposição da medida e fornecerá as informações especificadas no item 2(b). A menos que tenha consultado todas as outras Partes que sejam importadores líquidos de qualquer gênero alimentício, cuja exportação seja proibida ou restringida pela medida, a Parte não manterá a medida além dos 12 meses a partir da data de sua imposição. A Parte suspenderá imediatamente a medida assim que a escassez grave, ou ameaça dela, não mais existir.

6. Nenhuma Parte aplicará qualquer medida sujeita a notificação nos termos dos parágrafos 2(a) ou 4 a alimentos comprados para fins humanitários não comerciais.

**Artigo 2.27: Comitê Sobre Comércio Agrícola**

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

1. As Partes estabelecem, por este documento, um Comitê sobre Comércio Agrícola, formado por representantes de cada Parte.
2. O Comitê sobre Comércio Agrícola realizará um fórum para:
  - (a) promover o comércio de produtos agrícolas entre as Partes nos termos deste Acordo e outras questões, conforme apropriado;
  - (b) monitorar e promover a cooperação para implementação e administração desta Seção, inclusive a notificação de restrições à exportação de produtos agrícolas, conforme estipulado no Artigo 2.2 (Restrições à exportação – segurança alimentar) e discutir o trabalho cooperativo identificado no Artigo 2.23 (Subsídios à exportação agrícola), Artigo 2.24 (Créditos à exportação, garantias de crédito à exportação ou programas de seguro) e no Artigo 2.25 (Empresas comerciais estatais de exportação agrícola);
  - (c) consultar as Partes sobre assuntos relacionados com esta Seção em coordenação com outros comitês, subcomitês, grupos de trabalho ou outros órgãos estabelecidos nos termos deste Acordo;
  - (d) realizar qualquer trabalho adicional que o Comitê sobre Comércio de Mercadorias e a Comissão lhe atribua.
3. O Comitê sobre Comércio Agrícola deverá se reunir nas datas decididas em conjunto pelas Partes. As reuniões ocorrerão em locais e por meios decididos em conjunto pelas Partes. Durante os primeiros cinco anos após a entrada em vigor deste Acordo, o Comitê deverá se reunir pelo menos uma vez por ano.

**Artigo 2.28: Salvaguardas agrícolas**

Produtos agrícolas originários de qualquer Parte não estarão sujeitos a nenhuma tarifa aplicada de acordo com qualquer salvaguarda especial adotada nos termos do Acordo sobre Agricultura da OMC.

**Artigo 2.29: Comércio de produtos da biotecnologia moderna**

1. As Partes confirmam a importância de transparência, cooperação e troca de informações relacionadas com o comércio de produtos da biotecnologia moderna.
2. Nada neste Artigo proibirá uma Parte de adotar medidas de acordo com seus direitos e obrigações conforme previsto nos Acordos da OMC ou em outras disposições deste Acordo.
3. Nada neste Artigo obrigará uma Parte a adotar ou modificar suas leis, regulamentações e políticas para o controle de produtos da biotecnologia moderna dentro do seu território.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4. Quando disponível e sujeito às suas leis, regulamentações e políticas, cada Parte divulgará:
- (a) qualquer requisito de documentação para completar uma solicitação de autorização para um produto da biotecnologia moderna;
  - (b) um resumo de qualquer avaliação de risco ou segurança que tenha levado à autorização de um produto da biotecnologia moderna; e
  - (c) uma lista ou listas de produtos da biotecnologia moderna autorizados em seu território.
5. Todas as Partes identificarão ponto(s) de contato para troca de informações sobre questões relacionadas com ocorrências de baixo nível de presença (LLP)<sup>13</sup>.
6. Para lidar com uma ocorrência de LLP e com a finalidade de evitar uma futura ocorrência de LLP, mediante solicitação de uma Parte importadora, uma Parte exportadora, quando possível e sujeita a suas leis, regulamentações e políticas:
- (a) fornecerá um resumo da(s) avaliação(avaiações) de risco ou segurança, se houver, que a Parte exportadora realizou referente à autorização de um determinado produto vegetal de biotecnologia moderna;
  - (b) fornecerá, caso seja do conhecimento da Parte exportadora, informações sobre o contato de qualquer entidade dentro de seu território que recebeu autorização para o produto vegetal de biotecnologia moderna e que, segundo acredita a Parte, provavelmente possui:
    - (i) quaisquer métodos existentes e validados para a detecção de produto vegetal de biotecnologia moderna encontrado em baixo nível em uma remessa;
    - (ii) qualquer amostra de referência necessária para a detecção de ocorrência de LLP; e
    - (i) informações pertinentes que possam ser usadas pela Parte importadora para realizar uma avaliação de risco ou segurança ou, caso uma avaliação de segurança alimentar seja apropriada, informações pertinentes para avaliação de segurança alimentar de acordo com o Anexo 3 das *Diretrizes do Codex Alimentarius para a Condução de Avaliação de Segurança Alimentar de Alimentos Derivados de Plantas de DNA Recombinante* (CAC/GL 45-2003); e

---

<sup>13</sup> Para efeito deste Artigo, ocorrência de LLP significa baixo nível de presença inadvertida em remessa de material vegetal ou produtos vegetais, exceto planta ou produto vegetal que seja um medicamento ou produto médico, de material vegetal de DNA recombinante autorizado para uso pelo menos em um país, mas não no país importador e, caso autorizado para uso alimentar, uma avaliação de segurança alimentar tenha tido como base as *Diretrizes do Codex Alimentarius para a Condução de Avaliação de Segurança Alimentar de Alimentos Derivados de Plantas de DNA Recombinante*.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (c) incentivará a entidade a compartilhar informações citadas em 2(b) com a Parte importadora.

7. Em caso de ocorrência de LLP, a Parte importadora deverá, sujeita a suas leis, regulamentações e políticas:

(a) informar o importador ou agente do importador sobre a ocorrência de LLP e qualquer informação adicional que o importador seja obrigado a apresentar para permitir que a Parte importadora tome uma decisão sobre a disposição da carga na qual foi encontrada a ocorrência de LLP;

(b) quando possível, fornecer à Parte exportadora um resumo de qualquer avaliação de risco ou segurança realizada pela Parte importadora com referência à ocorrência de LLP;

- (c) garantir que as medidas<sup>14</sup> aplicadas para lidar com a ocorrência de LLP sejam apropriadas para atender às suas leis, regulamentações e políticas internas.

8. Para reduzir a possibilidade de interrupções do comércio devido a ocorrências de LLP:

(a) cada Parte exportadora se empenhará, coerentemente com suas leis, regulamentações e políticas internas, em incentivar desenvolvedores a apresentar solicitações às Partes de autorização para vegetais e produtos vegetais da biotecnologia moderna; e

(b) uma Parte que autorize plantas e produtos vegetais derivados da biotecnologia moderna se empenhará em:

(i) permitir durante todo o ano a apresentação e a revisão de solicitações de autorização para vegetais e produtos vegetais da biotecnologia moderna; e

(ii) aumentar a comunicação entre as Partes com referência a novas autorizações para vegetais e produtos vegetais da biotecnologia moderna de modo a melhorar a troca global de informações.

9. As Partes, por meio deste documento, estabelecem um grupo de trabalho sobre produtos da biotecnologia moderna sob os auspícios do Comitê sobre Comércio Agrícola (Grupo de Trabalho) para a troca de informações e cooperação em assuntos comerciais associados a produtos da biotecnologia moderna. O Grupo de Trabalho será formado por representantes de todas as Partes que informem, por escrito, ao Comitê sobre Comércio Agrícola que participarão do Grupo de Trabalho e indiquem um ou mais representantes para o Grupo de Trabalho.

10. O Grupo de Trabalho realizará um fórum para:

- (a) troca de informações sobre questões, inclusive leis, regulamentações e

---

<sup>14</sup> Para efeito deste parágrafo, “medidas” não incluem penalidades.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

políticas internas relativas ao comércio de produtos da biotecnologia moderna, sempre sujeito às leis, regulamentações e políticas de uma Parte; e

(b) melhorar a cooperação entre duas ou mais Partes, quando houver interesse mútuo em relação ao comércio de produtos da biotecnologia moderna.

11. O Grupo de Trabalho poderá se reunir de forma presencial ou de outro meio determinado em conjunto pelas Partes que indicaram representantes para o Grupo de Trabalho.

**Seção D: Administração de cota tarifária**

**Artigo 2.30: Escopo e disposições gerais**

1. Todas as Partes implementarão e administrarão cotas tarifárias (TRQs<sup>15</sup>) de acordo com o Artigo XIII do GATT de 1994 (inclusive suas observações interpretativas), o Acordo de licenciamento de importação e o Artigo 2.13 (Licenciamento de importação). Todas as TRQs estabelecidas por uma Parte nos termos deste Acordo serão incorporadas à Lista dessa Parte no Anexo 2-D (Eliminação de tarifas) dessa Parte.

2. Cada Parte garantirá que seus procedimentos para administrar suas TRQs sejam disponibilizados ao público, sejam justos e equitativos, não sejam mais onerosos do ponto de vista administrativo do que o absolutamente necessário, correspondam às condições do mercado e sejam administradas em tempo hábil.

3. Cada Parte que administre uma TRQ deverá publicar em seu site disponível ao público todas as informações referentes à administração de sua TRQ, inclusive o tamanho da cota e os requisitos de elegibilidade; e, se a TRQ for ser alocada, os procedimentos para solicitação, prazo final para a solicitação e a metodologia ou os procedimentos que serão usados para a alocação ou realocação, no mais tardar 90 dias antes da data de abertura da TRQ correspondente.

**Artigo 2.31: Administração e elegibilidade**

1. Todas as Partes deverão administrar suas TRQs de forma a permitir aos importadores a oportunidade de utilizar integralmente as quantidades de TRQs.

2. (a) Exceto conforme disposto nos itens (b) e (c), nenhuma Parte introduzirá condição,

<sup>15</sup> Para efeito desta Seção, cotas tarifárias (TRQs) significam apenas TRQs estabelecidas nos termos deste Acordo como especificado na Lista da Parte do Anexo 2-D (Eliminação de tarifas). Para maior certeza, esta Seção não se aplicará às TRQs especificadas na Lista da Parte para o Acordo da OMC.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

limite ou requisito de elegibilidade novo ou adicional para a utilização de uma TRQ para importação de uma mercadoria, inclusive em relação a especificação ou grau, uso final permissível do produto importado ou tamanho do pacote além daqueles especificados em sua Lista para o Anexo 2-D (Eliminação de tarifas).<sup>16</sup>

- (b) Uma Parte que queira introduzir condição, limite ou requisito de elegibilidade novo ou adicional para a utilização de uma TRQ para a importação de uma mercadoria deverá notificar as outras Partes no mais tardar 45 dias antes da data proposta para a entrada em vigor da condição, limite ou requisito de elegibilidade novo ou adicional. Qualquer Parte com interesse comercial comprovado em fornecer a mercadoria poderá apresentar um pedido de consulta por escrito à Parte que pretende introduzir condição, limite ou requisito de elegibilidade novo ou adicional. Ao receber esse pedido de consulta, a Parte que pretende introduzir condição, limite ou requisito de elegibilidade novo ou adicional deverá prontamente realizar as consultas com a Parte que apresentou o pedido, nos termos do parágrafo 6 do Artigo 2.34 (Transparência).
- (c) A Parte que pretende introduzir condição, limite ou requisito de elegibilidade novo ou adicional poderá fazê-lo se:
  - (i) tiver consultado qualquer outra Parte com interesse comercial comprovado em fornecer a mercadoria sobre a qual apresentou pedido de consulta por escrito conforme previsto no item (b); e
  - (ii) nenhuma Parte com interesse comercial comprovado em fornecer a mercadoria que tenha apresentado pedido de consulta por escrito conforme previsto no item (b) tenha se oposto, após a consulta, à introdução de condição, limite ou requisito de elegibilidade novo ou adicional.
- (d) Uma condição, um limite ou um requisito de elegibilidade novo ou adicional resultante de qualquer consulta realizada conforme previsto no item (c) deverá ser divulgado às Partes antes de sua implementação.

**Artigo 2.32: Alocação**<sup>17</sup>

1. Caso o acesso nos termos de uma TRQ esteja sujeito a um mecanismo de alocação, cada Parte importadora garantirá que:

- (a) qualquer pessoa de uma Parte que preencha os requisitos de elegibilidade da

<sup>16</sup> Para maior certeza, este Parágrafo não se aplica a condições, limites ou requisitos de elegibilidade que se aplicam independentemente da utilização ou não da TRQ pelo importador ao importar a mercadoria.

<sup>17</sup> Para efeito desta Seção, “mecanismo de alocação” inclui qualquer sistema em que o acesso à TRQ seja concedido por qualquer regra que não seja a do “primeiro a chegar, primeiro a ter direito”.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

Parte importadora estará capacitada a apresentar uma solicitação e será considerada para a alocação de uma cota nos termos das TRQs.

- (b) a menos que acordado de outro modo, não alocará nenhuma parte da cota a um grupo de produtores, nem condicionará o acesso a uma alocação à compra de produção interna, nem limitará o acesso a uma alocação a beneficiadores.
- (c) cada alocação será feita em quantidades de remessas comercialmente viáveis e, tanto quanto possível, nas quantidades solicitadas pelos importadores.
- (d) uma alocação para importações dentro da cota será aplicável a quaisquer linhas tarifárias sujeitas à TRQ e será válida durante todo o ano da TRQ.
- (e) quando a quantidade de TRQ agregada pedida pelos solicitantes exceder o tamanho da cota, a alocação aos solicitantes elegíveis será realizada por métodos equitativos e transparentes.
- (f) os solicitantes terão pelo menos quatro semanas após a abertura do período de solicitações para apresentar suas solicitações.
- (g) a alocação da cota será realizada no mais tardar quatro semanas antes da abertura do período da cota, exceto quando a alocação tiver como base integralmente ou em parte o desempenho da importação durante o período de 12 meses imediatamente anterior ao período da cota. Quando a Parte basear uma alocação integralmente ou em parte no desempenho da importação durante o período de 12 meses imediatamente anterior ao período da cota, a Parte fará uma alocação provisória da quantidade total da cota no mais tardar quatro semanas antes da abertura do período da cota. todas as decisões finais de alocação, inclusive as revisões, serão tomadas e comunicadas aos solicitantes no início do período da cota.

2. Durante o primeiro ano da cota, o Acordo estará em vigor para uma Parte caso reste menos de 12 meses do ano da cota na ocasião da entrada em vigor do Acordo para essa Parte. A Parte disponibilizará aos solicitantes da cota, no início da data de entrada em vigor do Acordo para a Parte, a quantidade da cota estabelecida em sua Lista do Anexo 2-D (Eliminação de tarifas) multiplicada por uma fração, cujo numerador será um número inteiro consistindo do número de meses remanescentes no ano da cota na ocasião da entrada em vigor do Acordo para a Parte, inclusive o mês inteiro no qual o Acordo entra em vigor para a Parte e o denominador será 12.

- (a) A Parte disponibilizará a quantidade total da cota estabelecida em sua Lista do Anexo 2-D (Eliminação de tarifas) a solicitantes de cotas com início no primeiro dia de cada ano da cota enquanto a cota estiver em operação.

3. A Parte que administra uma TRQ não exigirá a reexportação de uma mercadoria como condição para solicitar alocação de uma cota ou sua utilização.

4. Nenhuma quantidade de mercadoria importada nos termos da TRQ conforme previsto neste Acordo será descontada, nem terá sua quantidade reduzida, de quaisquer outras TRQs

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

fornecidas para essas mercadorias em programas tarifários da OMC de uma Parte ou de acordo com qualquer outro acordo comercial.<sup>18</sup>

**Artigo 2.33: Devolução e realocação de cotas**

1. Quando as cotas tarifárias forem administradas por um mecanismo de alocação, cada Parte deverá garantir a existência de um mecanismo para a devolução e realocação das alocações não utilizadas em tempo hábil e de forma transparente, proporcionando a mais ampla oportunidade para o preenchimento da cota tarifária.
2. Cada Parte publicará periodicamente no website designado e disponível para o público todas as informações referentes aos montantes alocados, montantes devolvidos e, quando disponível, às alíquotas de utilização de cotas. Além disso, cada Parte publicará no mesmo website os montantes disponíveis para realocação e o prazo final para sua solicitação ao menos duas semanas antes de começar a aceitar as solicitações para realocação.

**Artigo 2.34: Transparência**

1. Cada Parte deverá identificar a entidade ou as entidades responsáveis por administrar suas TRQs, designar ao menos um ponto de contato para facilitar a comunicação entre as Partes em questões relacionadas com a administração das cotas tarifárias e fornecer os detalhes do(s) seu(s) ponto(s) de contato para as outras Partes. Cada Parte deverá notificar prontamente as outras Partes sobre qualquer alteração no seu(s) ponto(s) de contato.
2. Quando as TRQs forem administradas por um mecanismo de alocação, o nome e o endereço dos administradores da alocação serão publicados no website designado e disponível para o público.
3. Quando a TRQ for administrada com base no princípio de ordem de chegada, durante o curso de cada ano, a autoridade administradora da Parte importadora publicará em tempo hábil e continuamente em seu website designado e disponível para o público as alíquotas de utilização e as quantidades remanescentes disponíveis para cada cota.
4. Quando a TRQ for administrada com base no princípio de ordem de chegada e a TRQ de uma Parte importadora for preenchida, esta Parte publicará uma notificação a esse respeito no website público designado no prazo de dez dias.

---

<sup>18</sup> Para maior certeza, nada neste parágrafo impede uma Parte de solicitar uma alíquota diferente de tarifas aduaneiras dentro da cota para mercadorias das Partes do TTP, conforme especificado no Programa tarifário do Anexo 2-D da Parte (Eliminação de tarifas), do que o aplicado às mesmas mercadorias de não partes, conforme uma cota tarifária estabelecida nos termos do Acordo da OMC. Adicionalmente, nada neste parágrafo exige que uma Parte altere a quantidade dentro da cota de qualquer cota tarifária determinada nos termos do Acordo da OMC.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

5. Quando uma TRQ for administrada por um mecanismo de alocação e quando uma TRQ da Parte importadora for preenchida, essa Parte publicará uma notificação a esse respeito no website público designado o mais rápido possível.

6. Quando houver pedido por escrito de Parte ou Partes exportadoras, a Parte administradora de uma TRQ consultará a Parte exportadora sobre a administração de sua TRQ.

**Anexo 2-A: Tratamento nacional e restrições à importação e exportação**

1. Para maior certeza, nada neste Anexo afetará os direitos e obrigações de qualquer das Partes nos termos do Acordo da OMC com respeito a qualquer medida listada no Anexo.

2. O Artigo 2.3 (Tratamento nacional) e o Artigo 2.11 (Restrições à importação e exportação) não serão aplicados para a continuação, renovação ou modificação feita a qualquer lei, estatuto, decreto ou normas administrativas que derem origem a uma medida estabelecida neste Anexo, sempre que a continuação, renovação ou modificação não diminuir a conformidade da medida listada no Artigo 2.3 (Tratamento nacional) e no Artigo 2.11 (Restrições à importação e exportação).

**Medidas de Brunei Darussalam**

O Artigo 2.11 (Restrições à importação e exportação) não se aplicará às mercadorias especificadas na seção 31 da Ordem de Aduanas de 2006.

**Medidas do Canadá**

1. Os Artigos 2.3 (Tratamento nacional ) e 2.11 (Restrições à importação e exportação) não serão aplicados para:

- (a) a exportação de lenha de qualquer espécie;
- (b) a exportação de peixes não processados de acordo com a legislação local aplicável;
- (c) a importação de mercadorias que constem nas disposições proibidas dos itens tarifários 9897.00.00, 9898.00.00 e 9899.00.00 aos quais se refere a Lista de Tarifas Aduaneiras;
- (d) Os impostos canadenses específicos sobre o álcool absoluto, conforme relacionados no item tarifário 2207.10.90 da Lista de Concessões do Canadá anexada ao Protocolo de Marrakesh (Lista V), usados na manufatura conforme as

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**  
disposições vigentes na Lei de Impostos Específicos, 2001, 2002, c.22 e emendas;

- (e) o uso de embarcações para o comércio costeiro do Canadá;
- (f) a venda e distribuição interna de vinho e bebidas destiladas.

2. O Artigo 2.3 (Tratamento nacional) não será aplicado a uma medida que afete a produção, publicação, exibição ou venda de mercadorias<sup>19</sup> que sirvam de base à criação, desenvolvimento ou acesso às expressões ou conteúdos artísticos canadenses.

### **Medidas do Chile**

O Artigo 2.11 (Restrições à importação e exportação) não será aplicado para as medidas do Chile relativas às importações de veículos usados.

### **Medidas do México**

1. O Artigo 2.11 (Restrições à importação e exportação) não será aplicado para:

- (a) as restrições, conforme o Artigo 48 da Lei de Hidrocarbonetos (*Ley de Hidrocarburos*) publicada no Diário Oficial do México em 11 de agosto de 2014, sobre a exportação do México das mercadorias listadas abaixo e estabelecidas no cronograma tarifário da Lei de Impostos Gerais de Importação e Exportação mexicana (“Tarifa de la Ley de los Impuestos Generales de Importación y de Exportación”) publicadas no Diário Oficial do México em 18 de junho de 2007 e 29 de junho de 2012:

<b>SH</b>	<b>Descrição do código</b>
2709.00.0	Petróleo bruto
2709.00.99	Outros
2710.12.04	Gasolina, exceto o incluído no código 2710.12.03
2710.19.04	Gasóleo ou óleo diesel e as misturas derivadas
2710.19.05	Óleo combustível
2710.19.07	Óleo parafínico
2710.19.08	Turbosina (querosene, óleo de candeeiro) e misturas derivadas
2710.19.99	Outros
2711.11.01	Gás natural

---

<sup>19</sup> Essas mercadorias podem incluir, mas não apenas, livros, revistas mídias para difusão de vídeo ou música.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

2711.12.01	Propano
2711.13.01	Butanos
2711.19.01	Butano e propano, misturados e liquefeitos
2711.19.99	Outros
2711.21.01	Gás natural
2711.29.99	Outros
2712.20.01	Cera de parafina com menos de 0,75% de óleo por peso
2712.90.02	Ceras microcristalinas
2712.90.04	Ceras, exceto as incluídas nos códigos 2712.90.01 e 2712.90.02
2712.90.99	Outros

(b) durante o período anterior a 1<sup>o</sup> de janeiro de 2019, para proibições ou restrições de importação para o México de gasolina e óleo diesel estabelecidas no Artigo 123 da *Ley de Hidrocarburos* (Lei de Hidrocarbonetos), publicada no Diário Oficial do México em 11 de agosto de 2014; e

(c) para proibições ou restrições de importação para o México de pneus usados, roupas usadas, veículos usados e chassis usados equipados com motores de veículos estabelecidas nos parágrafos 1(I) e 5 do Anexo 2.2.1 da Resolução pela qual o Ministério de Economia estabelece as regras e os critérios gerais para o Comércio Internacional (“Acuerdo por el que la Secretaría de Economía emite reglas y criterios de carácter general en materia de Comercio Exterior”), publicado no Diário Oficial do México em 31 de dezembro de 2012.

2. A Comissão revisará o parágrafo 1(a) em conformidade com qualquer revisão feita nos termos do Artigo 27.2.1(b).

### **Medidas do Peru**

1. Os Artigos 2.3 (Tratamento nacional ) e 2.11 (Restrições à importação e exportação) não serão aplicados para:

(a) roupas e calçados usados conforme a Lei N<sup>o</sup>. 28514 de 23 de maio de 2005;

(b) Veículos e motores usados, peças e peças de reposição usadas de automóveis conforme o Decreto Legislativo N<sup>o</sup>. 843 de 30 de agosto de 1996, o Decreto de Urgência N<sup>o</sup>. 079-2000 de 20 de setembro de 2000, Decreto de Urgência N<sup>o</sup>. 050-2008 de 18 de dezembro de 2008;

(c) pneus usados em conformidade com o Decreto Supremo N<sup>o</sup>. 003-97 de 7 de junho de 1997 e

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**  
**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**  
(d) mercadorias, maquinário e equipamentos usados que utilizem fontes de energia radioativa conforme Lei N°. 27757 de 19 de junho de 2002.

### **Medidas dos Estados Unidos**

1. Os Artigos 2.3 (Tratamento nacional ) e 2.11 (Restrições à importação e exportação) não serão aplicados para:

- (a) controles sobre a exportação de lenha de qualquer espécie;
- (b) medidas nos termos das disposições vigentes na Lei da Marinha Mercante de 1920, 46 App. U.S.C. § 883; Lei de Navio de Passageiros, 46 App. U.S.C. §§ 289, 292 e 316; e 46 U.S.C. § 12108, sempre que tais medidas tenham sido legislação obrigatória no momento da adesão dos Estados Unidos ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1947 (GATT 1947) e não tenham sido modificadas de forma a diminuir sua conformidade com a Parte II do GATT 1947.

### **Medidas do Vietnã**

O Artigo 2.11 (Restrições à importação e exportação) não será aplicado para:

- (a) a proibição da importação, prevista no Decreto N°. 187 / ND-CP de 20 de novembro de 2013, do Governo do Vietnã ou Circular N°. 04/2014 / TT-BCT datada de 27 de janeiro de 2014 do Ministério da Indústria e Comércio que orienta a implementação do Decreto N°. 187 / ND-CP, com respeito à mercadoria listada nas alíneas (i) a (iv) deste item. As mercadorias listadas nas alíneas (i) a (iv) deste item são:
  - (i) veículos motorizados com volante à direita (inclusive veículos com volante à direita modificados depois de manufaturados para tornarem-se veículos com volante à esquerda), exceto veículos especializados com volante à direita que, em geral, operam em pequenas áreas, como guindastes, escavadeiras, caminhões de lixo, veículos varredores de rua, caminhões para construção de estradas, ônibus de transporte de passageiros para aeroportos, empilhadeiras para depósitos e portos;
  - (ii) componentes de veículos utilizáveis exclusivamente em veículos motorizados com volante à direita que não são especializados de volante à direita;
  - (i) veículos motorizados com mais de cinco anos de fabricação;
  - (iii) usados<sup>20</sup>:

---

20 Para maior certeza este item não se aplica a mercadorias remanufaturadas, de acordo com o Artigo 2.12

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (A) têxteis, roupas e calçados;
  - (B) impressoras, máquinas de fax e unidades de disco para computadores;
  - (C) computadores portáteis (*laptop*);
  - (D) equipamentos de refrigeração
  - (E) aparelhos eletrodomésticos;
  - (F) equipamentos médicos;
  - (G) mobiliário;
  - (H) artigos domésticos feitos de porcelana, argila, vidro, metal, resina, borracha e plástico;
  - (I) chassis, pneus e rodas (internas e externas), tubos, acessórios e motores de automóveis, tratores e outros veículos motorizados;
  - (J) motores de combustão interna com capacidade inferior a 30 CV e máquinas com motores de combustão interna com capacidade inferior a 30 CV; e
  - (K) bicicletas e triciclos; e
- (b) uma proibição de exportação, prevista no Decreto N.º. 187/ND-CP de 20 de novembro de 2013, do Governo do Vietnã ou Circular N.º. 04/2014/TT-BCT datada de 27 de janeiro de 2014 do Ministério da Indústria e Comércio que orienta a implementação do Decreto N.º. 187/ ND-CP, com respeito à mercadoria listada nas alíneas (i) a (ii) deste item. As mercadorias listadas nas alíneas (i) a (ii) deste item são:
- (i) madeira redonda e serrada produzida nas florestas nativas; e
  - (ii) produtos de madeira (exceto artesanato e artigos produzidos a partir de madeira de florestas cultivadas, madeira importada ou paletes artificiais).

### **Sistema de Certificação do Processo Kimberley**

O Artigo 2.11 (Restrições à importação e exportação) não será aplicado à importação e exportação de diamantes em bruto (códigos SH 7.102,10, 7102.21 e 7102.31), de acordo com o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley e quaisquer alterações a esse sistema.

---

(Mercadorias remanufaturadas).

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

**Anexo 2-B: Mercadorias remanufaturadas**

1. O Artigo 2.12.2 (Mercadorias remanufaturadas) não se aplicará às medidas do Vietnã que proíbam ou restrinjam a importação de mercadorias remanufaturadas até três anos após a data de entrada em vigor do Acordo para o Vietnã. Começando três anos após a data de entrada em vigor do Acordo para o Vietnã, o Artigo 2.12.2 será aplicado a todas as medidas do Vietnã, com exceção das previstas no parágrafo 2 deste Anexo.

2. O Artigo 2.12.2 (Mercadorias remanufaturadas) não será aplicado para as proibições ou restrições pelo Vietnã, previstas no Decreto No. 187/ND-CP de 20 de novembro de 2013 do Governo do Vietnã ou na Circular No. 04/2014/TT-BCT de 27 de janeiro de 2014 do Ministério da Indústria e Comércio, nas importações das mercadorias listadas na Tabela 2-B-1.

3. Para maior certeza, o Vietnã não deverá:

(a) aplicar qualquer proibição ou restrição para a importação de mercadorias remanufaturadas que seja mais restritiva que a proibição ou restrição aplicável à importação da mesma mercadoria, quando usada: ou

(b) reimpor qualquer proibição ou restrição para a importação de mercadorias remanufaturadas após a supressão da proibição ou restrição.

**Tabela BB-B-1**

8414.51.91	- - - - Com tela de proteção
8414.51.99	- - - - Outros
8415.10.10	- - Cujas potência não supere 26,38 kW
8415.10.90	- - Outros

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

8419.11.10	- - - Tipo doméstico
8419.19.10	- - - Tipo doméstico
8421.12.00	- - Secadoras de roupa
8421.21.11	- - - - Maquinaria de filtragem e equipamento para uso doméstico
8421.91.10	- - - Bens do subtítulo 8421.12.00
8422.11.00	- - - De tipo doméstico
8422.90.10	- - Máquinas do subtítulo 8422.11
8452.10.00	- Máquinas de costura de uso doméstico
8508.19.10	- - - Adequado para uso doméstico
8508.70.10	- - Aspiradores de pó do subtítulo 8508.11.00 ou 8508.19.10

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

8711	Motocicletas (inclusive ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, com ou sem carro lateral; carros laterais
8712	Bicicletas e outros ciclos (incluindo os triciclos), sem motor (exceto para bicicletas de corrida em 8712.00.10)

**Anexo 2-C: Tarifas, impostos e outros encargos de exportação**

1. O Artigo 2.16 (Tarifas, impostos e outros encargos de exportação) será aplicado para as mercadorias incluídas entre os itens listados na seção de uma Parte deste Anexo apenas como especificado abaixo.

1. Com respeito a mercadorias previstas nos itens listados na Seção 1 deste Anexo, a Malásia não aplicará quaisquer tarifas, impostos ou outros encargos de exportação em montante maior que o especificado para esse item na Seção 1 deste Anexo.

2. Com respeito a mercadorias previstas nos itens listados na Seção 2 deste Anexo, o Vietnã eliminará quaisquer tarifas, impostos ou outros encargos de exportação de acordo com as categorias a seguir, como indicado para cada item listado na Seção 2 deste Anexo:

- (a) tarifas, impostos e outros encargos de exportação sobre as mercadorias previstas nos itens da categoria A serão mantidos em vigor por cinco anos, mas não devem superar a alíquota base. O Vietnã não aplicará tarifas, impostos ou outros encargos de exportação sobre essas mercadorias a partir de 1<sup>o</sup> de janeiro do ano seis;
- (b) tarifas, impostos e outros encargos sobre as mercadorias previstas nos itens da categoria B serão mantidos em vigor por sete anos, mas não devem superar a alíquota base. O Vietnã não aplicará tarifas, impostos ou outros encargos de exportação sobre essas mercadorias a partir de 1<sup>o</sup> de janeiro do ano oito;
- (c) tarifas, impostos e outros encargos sobre as mercadorias previstas nos itens da categoria C serão eliminados em 11 etapas anuais iguais. O Vietnã não aplicará tarifas, impostos ou outros encargos de exportação sobre essas mercadorias a partir de 1<sup>o</sup> de janeiro do ano 11;
- (d) tarifas, impostos e outros encargos sobre as mercadorias previstas nos itens da categoria D serão mantidos em vigor por dez anos, mas não devem superar a alíquota base. O Vietnã não aplicará tarifas, impostos ou outros encargos de exportação sobre essas mercadorias a partir de 1<sup>o</sup> de janeiro do ano 11;

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (e) tarifas, impostos e outros encargos de exportação sobre as mercadorias previstas nos itens da categoria E serão eliminados em 13 etapas anuais iguais. O Vietnã não aplicará tarifas, impostos ou outros encargos de exportação sobre essas mercadorias a partir de 1º de janeiro do ano 13;
  
- (f) tarifas, impostos e outros encargos de exportação sobre as mercadorias previstas nos itens da categoria F serão mantidos em vigor por dez anos, mas não devem superar a alíquota base. O Vietnã não aplicará tarifas, impostos ou outros encargos de exportação sobre essas mercadorias a partir de 1º de janeiro do ano 13;
  
- (g) tarifas, impostos e outros encargos de exportação sobre as mercadorias previstas nos itens da categoria G serão eliminados em 16 etapas anuais iguais. O Vietnã não aplicará tarifas, impostos ou outros encargos de exportação sobre essas mercadorias a partir de 1º de janeiro do ano 16;
  
- (h) tarifas, impostos e outros encargos de exportação sobre as mercadorias previstas nos itens da categoria H serão mantidos em vigor por quinze anos, mas não devem superar a alíquota base. O Vietnã não aplicará tarifas, impostos ou outros encargos de exportação sobre essas mercadorias a partir de 1º de janeiro do ano 16;
  
- (i) tarifas, impostos e outros encargos de exportação sobre as mercadorias previstas nos itens da categoria I serão reduzidos para 20% em 6 etapas anuais iguais. Desde 1º de janeiro do ano sete até 31 de dezembro do ano 15, tarifas, impostos e outros encargos de exportação sobre essas mercadorias não deverão superar 20%. O Vietnã não aplicará tarifas, impostos ou outros encargos de exportação sobre essas mercadorias a partir de 1º de janeiro do ano 16;
  
- (j) tarifas, impostos e outros encargos de exportação sobre as mercadorias previstas nos itens da categoria J serão reduzidos para 10% em 11 etapas anuais iguais. Desde 1º de janeiro do ano 12 até 31 de dezembro do ano 15, tarifas, impostos e outros encargos de exportação sobre essas mercadorias não deverão superar 10%. O Vietnã não aplicará tarifas, impostos ou outros encargos sobre essas mercadorias a partir de 1º de janeiro do ano 16;
  
- (k) tarifas, impostos e outros encargos de exportação sobre as mercadorias previstas nos itens da categoria K serão mantidos em vigor, mas não devem superar a alíquota base.

4. Para efeitos da Seção 2 deste Anexo, **o ano um** significa o ano de entrada em vigor deste Acordo para o Vietnã. Tarifas, impostos e outros encargos de exportação sobre as mercadorias previstas nos itens das categorias C, E, G, I e J deverão ser reduzidos no início da data de entrada em vigor do Acordo para o Vietnã. A partir do ano 2, cada etapa anual de redução de tarifas, impostos e outros encargos de exportação entrarão em vigor em 1 de janeiro do ano pertinente.

5. A alíquota base para tarifas, impostos e outros encargos de exportação é indicada para cada item neste Anexo.

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

6. As Partes que tenham mercadorias listadas neste Anexo deverão empenhar-se de maneira autônoma para minimizar a aplicação e o grau de suas tarifas, impostos e outros encargos de exportação.

**Seção 1: Malásia**

<b>SH</b>	<b>Descrição</b>	<b>exportação<sup>21</sup></b>	<b>Taxa<sup>22</sup></b>
0602.90	- - Tocos brotados do gênero Hevea	RM 0,30 cada	-

<sup>21</sup> Ordem de Direitos Aduaneiros 2012 - Lei de Aduanas 1967

<sup>22</sup> Lei do Conselho de Borracha da Malásia (Incorporação) de 1996, Ordem do Conselho de Borracha da Malásia (CESS)1999 e Lei do Conselho da Indústria Madeireira (Incorporação) de 1973 – Ordem da Madeira CESS 2000 [p.u.(a) 56/2000]

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

1207.10	Grãos e nozes de palma - - Apropriadas para o plantio	5%	-
1207.99	- - - Sementes de Illipê (nozes de Illipê)	RM 0,08267/kg	-
1209.99	Outras sementes e frutas oleaginosas, mesmo que trituradas. - - Outras	RM 22,05/kg	-
1401.20	Ratã- - inteiro	RM 2,70/kg	-
1511.10	- Óleo de palma bruto	0% a 8.5%	-
1513.21	- - - Grão de palma	10%	-
1513.29	- - - - Óleo de grão de palma, refinado, branqueado e desodorizado (RBD)	5%	-
1516.20	Gorduras e óleos vegetais e suas frações - - - Do óleo de palma: bruto	10%	-
2620.21	Escórias, cinzas e resíduos (exceto os provenientes da fabricação do ferro ou aço) contendo metais, arsênio ou seus compostos.	5%	-
2620.29	Contendo principalmente chumbo: --Outros	5%	-
2620.30	Contendo principalmente cobre	5%	-
2620.40	Contendo principalmente alumínio	5%	-
2620.60	- Contendo arsênio, mercúrio, tálio ou suas misturas, do tipo utilizado para extração de arsênio ou desses metais ou para a fabricação dos	5%	-
2620.91	-Outros: - Contendo antimônio, berílio, cádmio, cromo e suas misturas	5%	-
2620.99	-Outros: --Outros:	5%	-
2621.10	Outras escórias e cinzas, incluídas as cinzas de algas (alga marinha); cinzas e resíduos provenientes da incineração de lixos municipais	5%	-
2621.90	-Outros:	5%	-
2709.00	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, brutos.	10%	-
4007.00	Fios e cordas de borracha vulcanizada.	-	0,20%
4008.11	Chapas, folhas, tiras, varetas e perfis de borracha vulcanizada não endurecida.	-	0,20%
4008.19	-De borracha alveolar: --Outros	-	0,20%
4008.21	-De borracha não alveolar: - - Chapas, folhas, tiras, varetas:	-	0,20%

SH	Descrição	Tarifa de exportação <sup>21</sup>	Taxa <sup>22</sup>
4008.29	-De borracha não alveolar: -- Outros	-	0,20%
4009.11	Tubos, canos e mangueiras de borracha vulcanizada não endurecida com ou sem seus acessórios (por exemplo, juntas, cotovelos, flanges).	-	0,20%

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4009.12	Materiais não reforçados ou compostos: -- Sem acessórios	-	0,20%
4009.21	-Reforçados ou associados só com metal: -- Sem acessórios	-	0,20%
4009.22	--Reforçados ou associados só com metal: -- Com acessórios	-	0,20%
4009.31	-Reforçados ou associados só com materiais têxteis: -- Com acessórios	-	0,20%
4009.32	-Reforçados ou associados só com materiais têxteis: -- Com acessórios	-	0,20%
4009.41	-Reforçados ou associados com outros materiais: -- Com acessórios	-	0,20%
4009.42	-Reforçados ou associados com outros materiais: -- Com acessórios	-	0,20%
4010.11	Correias transportadoras ou de transmissão de borracha vulcanizada. -Correias transportadoras:	-	0,20%
4010.12	-Correias transportadoras: -- Reforçada só com materiais têxteis	-	0,20%
4010.19	-Correias transportadoras: -- Outros	-	0,20%
4010.31	-Correias de transmissão: -- Correias de transmissão sem fim, de seção transversal trapezoidal	-	0,20%
4010.32	-Correias de transmissão: -- Correias de transmissão sem fim, de seção transversal trapezoidal	-	0,20%
4010.33	-Correias de transmissão: -- Correias de transmissão sem fim, de seção transversal trapezoidal	-	0,20%
4010.34	-Correias de transmissão: -- Correias de transmissão sem fim, de seção transversal trapezoidal	-	0,20%
4010.35	-Correias de transmissão: -- Correias de distribuição sincrônica sem fim, com circunferência externa	-	0,20%
4010.36	-Correias de transmissão: -- Correias de distribuição sincrônica sem fim, com circunferência externa	-	0,20%
4010.39	-Correias de transmissão: --Outros	-	0,20%

<b>SH</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tarifa de exportação<sup>21</sup></b>	<b>Taxa<sup>22</sup></b>
4012.90	Pneus de borracha recauchutados ou usados; protetores maciços ou ocos, bandas de rodagem e abas de pneu, de borracha.	-	0,20%
4014.10	Artigos de higiene ou de farmácia (incluindo bicos de mamadeira), de borracha vulcanizada ou borracha dura, com ou sem acessórios de borracha	-	0,20%
4014.90	-Outros:	-	0,20%
4015.11	Artigos e acessórios de vestuário (incluindo luvas, mitenes e luvas de beisebol), para todos os usos, de borracha vulcanizada exceto borracha dura	-	0,20%
4015.19	-Luvas, mitenes e luvas de beisebol: --Outros	-	0,20%
4015.90	-Outros	-	0,20%
4016.10	Outros artigos de borracha vulcanizada exceto borracha dura. -De espuma de poliuretano:	-	0,20%

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4016.91	-Outros: -- Revestimentos para pavimentos e capachos	-	0,20%
4016.92	-Outros: -- Borracha (para apagar)	-	0,20%
4016.93	-Outros: --Vedadores, juntas de borracha e outros lacres.	-	0,20%
4016.94	-Outros: -- Para-choques de doca ou de barco (para atracar embarcações), inflável ou	-	0,20%
4016.95	-Outros: -- Outros artigos infláveis	-	0,20%
4016.99	-Outros: --Outros	-	0,20%
4017.00	Borracha dura (por exemplo, ebonite) em todas suas formas, incluídos os resíduos e aparas; artigos de borracha dura.	-	0,20%
4401.21	Madeira para combustível (lenha) em toras, pedaços, em gravetos, em feixes ou em formas análogas; madeira em estilhas ou partículas; serragem,	-	RM 2,00/m3
4401.22	-Madeira em estilhas ou partículas: -- Não-conífera	-	RM 2,00/m3
4403.10	Madeira em bruto, descascada ou não ou alburno ou grosseiramente esquadriada.	15%	RM 5,00/m3
4403.20	-Outros, coníferas:	15%	RM 5,00/m3
4403.41	-Outros, de madeira tropical, mencionados na Nota do subtítulo 2 deste Capítulo	15%	RM 5,00/m3
4403.49	-Outros, de madeira tropical, mencionados na Nota do subtítulo 2 deste Capítulo.	15%	RM 5,00/m3
4403.91	-Outros: --De carvalho ( <i>Quercus</i> spp):	15%	RM 5,00/m3
4403.92	-Outros: --De faia ( <i>Fagus</i> spp)	15%	RM 5,00/m3

<b>SH</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tarifa de exportação<sup>21</sup></b>	<b>Taxa<sup>22</sup></b>
4403.99	-Outros: --Outros	15%	RM 5,00/m3
4406.10	Dormentes (travessas) de madeira para ferrovia. -Não impregnados	-	RM 5,00/m3
4406.90	-Outros:	-	RM 5,00/m3

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4407.10	Madeira serrada ou cortada longitudinalmente, fatiada ou descascada, mesmo aplainada ou não, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm. -Conífera:	-	RM 5,00/m3
4407.21	-De madeira tropical mencionada na Nota do subtítulo 2 deste Capítulo. --Mogno ( <i>Swietenia</i> spp):	-	RM 5,00/m3
4407.22	-Da madeira tropical mencionada na Nota do subtítulo 2 deste Capítulo. --Virola, imbuia e pau-de-balsa:	-	RM 5,00/m3
4407.25	-Da madeira tropical mencionada na Nota do subtítulo 2 deste Capítulo. --Meranti vermelho escuro, meranti vermelho claro e meranti bakau:	-	RM 125,00/m3
4407.26	-De madeira tropical mencionada na Nota do subtítulo 2 deste Capítulo: Lauan branco ( <i>Shorea contorta</i> ), merani branco ( <i>Parashorea lucida</i> ), seraya amarela ( <i>Parashorea densiflora</i> ), meranti amarelo ( <i>Shorea acuminatissima</i> ) e Alan	-	RM 5,00/m3
4407.27	- De madeira tropical especificada na Nota do subtítulo 2 deste Capítulo. --Sapelli:	-	RM 5,00/m3
4407.28	-De madeira tropical especificada na Nota do subtítulo 2 deste Capítulo. --Iroko ( <i>Milicia excelsa</i> ):	-	RM 5,00/m3
4407.29	-Da madeira tropical especificada na Nota do subtítulo 2 deste Capítulo. --Outros	-	RM 5,00/m3
4407.91	-Outros: --De carvalho ( <i>Quercus</i> spp.):	-	RM 5,00/m3
4407.92	-Outros: --De faia ( <i>Fagus</i> spp.):	-	RM 5,00/m3
4407.93	-Outros: --De ácer ( <i>Acer</i> spp):	-	RM 5,00/m3

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4407.94	-Outros: --De cerejeira ( <i>Prunus</i> spp):	-	RM 5,00/m3
4407.95	-Outros: --De freixo ( <i>Fraxinus</i> spp):	-	RM 5,00/m3
4407.99	-Outros: --Outros	-	RM 5,00/m3
4408.10	Folhas para revestimento (incluindo as obtidas de fatias de madeira laminada), para madeira compensada ou para madeiras laminadas semelhantes e outras madeiras, serradas longitudinalmente, fatiadas ou descascadas, aplainadas ou não, polidas, fatiadas ou unidas pela extremidade, com espessura de no máximo 6 mm. -Conífera:	-	RM 255,00/m3
4408.31	-De madeira tropical especificada --Meranti vermelho escuro, meranti vermelho claro e meranti bakau:	-	RM 255,00/m3
4408.39	-De madeira tropical especificada --Outros	-	RM 255,00/m3
4408.90	-Outros:	-	RM 255,00/m3
4409.10	Madeira (incluindo tacos e frisos para assoalho, não montados) perfilada (com espigas, ranhuras, filetes, entalhes, chanfrada, articulada, com cercadura, boleada ou semelhantes) ao longo de suas bordas, faces ou extremidades, aplainada ou não, polida ou unida pelas extremidades. -Conífera:	-	RM 5,00/m3

<b>SH</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tarifa de exportação<sup>21</sup></b>	<b>Taxa<sup>22</sup></b>
4409.21	-Não-conífera --De bambu:	-	RM 5,00/m3
4409.29	-Não-conífera --Outros	-	RM 5,00/m3

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4410.11	Aglomerado de partículas, OSB e painéis similares (por exemplo, <i>waferboard</i> ) de madeira ou de outros materiais lenhosos, mesmo aglomerados com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos.	-	RM 2,00/m <sup>3</sup>
4410.12	-De madeira: - - Painéis de lascas de madeira (oriented strand board - OSB)	-	RM 2,00/m <sup>3</sup>
4410.19	-De madeira: - - Outros	-	RM 2,00/m <sup>3</sup>
4410.90	-Outros	-	RM 2,00/m <sup>3</sup>
4412.10	Madeira compensada, madeira folheada, e madeiras laminadas semelhantes. - De bambu:	-	RM 5,00/m <sup>3</sup>
4412.31	-Outras madeiras compensadas constituídas exclusivamente por folhas de madeira (exceto bambu) cada uma com no máximo 6 mm de espessura: - - -Com pelo menos uma face externa de madeiras tropicais especificadas na Nota do subtítulo 2 deste Capítulo.	-	RM 5,00/m <sup>3</sup>
4412.32	-Outras madeiras compensadas constituídas exclusivamente por folhas de madeira (exceto bambu) com espessura de no máximo 6 mm: - - Outra, com pelo menos uma folha externa de madeira não conífera	-	RM 5,00/m <sup>3</sup>
4412.39	-Outras madeiras compensadas constituídas exclusivamente por folhas de madeira (exceto bambu) com espessura de no máximo 6 mm: - - Outros	-	RM 5,00/m <sup>3</sup>
4412.94	-Outras madeiras compensadas constituídas exclusivamente por folhas de madeira (exceto bambu) com espessura de no máximo 6 mm: - Outros - - Madeiras com alma aglomerada, alveolada ou lamelada	-	RM 5,00/m <sup>3</sup>
4412.99	-Outros --Outros	-	RM 5,00/m <sup>3</sup>
5906.10	Tecidos revestidos de borracha, exceto os do título 59.02. - Fita adesiva, de largura não superior a 20 cm	-	0,20%
5906.99	-Outros: - - Outros	-	0,20%
6506.91	Outros acessórios para a cabeça (chapéus, capacetes), guarnecidos ou não. - Outros: - - De borracha ou de plástico:	-	0,20%

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

6807.10	Artigos de asfalto ou de materiais semelhantes (por exemplo, betume ou alcatrão de hulha) - Em rolos	5%	-
6808.00	Painéis, chapas, ladrilhos, blocos e artigos semelhantes de fibra vegetal, de palha ou de aparas, estilhas, partículas, serragem ou outros resíduos de madeira, aglomerada com cimento, gesso ou outros aglutinantes minerais.	5%	-
7106.10	Metais preciosos e folheados com metais preciosos. Prata (incluindo a prata dourada ou platinada), em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó. - Pó	5%	-

<b>SH</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tarifa de exportação<sup>21</sup></b>	<b>Taxa<sup>22</sup></b>
7106.91	-Outros - - Em bruto	5%	-
7106.92	-Outros -- Semimanufaturados	5%	-
7107.00	Metais comuns folheados de prata, semimanufaturados.	5%	-
7110.11	Platina, em bruto ou em formas semimanufaturadas, ou em forma de pó. -Platina	5%	-
7110.19	-Platina: - - Outros	5%	-
7110.21	-Paládio -- Em bruto ou em forma de pó	5%	-
7110.29	-Paládio -- Outros	5%	-
7110.31	-Ródio -- Em bruto ou em forma de pó	5%	-
7110.39	-Ródio -- Outros	5%	-
7110.41	-Iridio, ósmio e rutênio -- Em bruto ou em forma de pó	5%	-
7110.49	-Iridio, ósmio e rutênio -- Outros	5%	-
7111.00	Metais básicos, prata ou ouro, folheados de platina, semimanufaturados.	5%	-
7204.10	Resíduos e aparas ferrosos; aparas em lingotes de ferro ou de aço. -Resíduos e aparas de ferro fundido	10%	-
7204.21	-Resíduos e aparas de liga de aço: -- De aço inoxidável	10%	-
7204.29	-Resíduos e aparas de liga de aço: -- Outros	10%	-
7204.30	-Desperdícios e aparas de ferro estanhado ou aço	10%	-
7204.41	-Outros resíduos e aparas: -- Resíduos do torno e da fresa, lascas, estilhas, serragem, limaduras, aparas	10%	-
7204.49	-Outros resíduos e aparas: -- Outros	10%	-

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

7204.50	-Lingotes fundidos de aparas	10%	-
7401.00	Mates de cobre; cimento de cobre (cobre precipitado).	5%	-
7402.00	Cobre não afinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica.	5%	-
7403.11	Cobre refinado e ligas de cobre, em bruto. - Cobre refinado:	5%	-
7403.12	Cobre refinado: - - Barras de arame	5%	-
7403.13	Cobre refinado: - - Barras	5%	-
7403.19	Cobre refinado: -- Outros	5%	-
<b>SH</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tarifa de exportação<sup>21</sup></b>	<b>Taxa<sup>22</sup></b>
7403.21	- Ligas de cobre: - - Ligas à base de cobre-zinco (latão)	5%	-
7403.22	- Ligas de cobre: - - Ligas à base de cobre-estanho (bronze)	5%	-
7403.29	- Ligas de cobre: - - Outras ligas de cobre (que não sejam as ligas padrão do título 74.05)	5%	-
7404.00	Resíduos e aparas de cobre.	10%	-
7405.00	Ligas padrão de cobre.	10%	-
7501.10	Mates de níquel, sínters de óxido de níquel e outros produtos intermediários de metalurgia de níquel.	10%	-
7501.20	- Sínters de óxido de níquel e outros produtos intermediários de metalurgia de níquel.	10%	-
7502.10	Níquel em bruto. - Níquel não ligado	10%	-
7502.20	- Ligas de níquel	10%	-
7602.00	Resíduos e aparas de alumínio.	10%	-
7801.99	Chumbo em bruto. - Outros:	15%	-
7802.00	Resíduos e aparas de chumbo.	15%	-
7901.11	Zinco em bruto -Zinco não ligado	5%	-
7901.12	-Zinco não ligado: -- Contendo por peso menos de 99,99% de zinco	5%	-
7901.20	- Ligas de zinco	5%	-
8544.20	Fio isolante (inclusive esmaltado ou anodizado), cabo (inclusive cabo coaxial) e outros condutores elétricos isolantes, equipados ou não com	-	0.20%
8544.30	- Conjunto de fiação de ignição e outros conjuntos de fiação usados em veículos, aviões ou navios:	-	0.20%
8544.42	- Outros condutores elétricos, para voltagem não superior a 1.000 V: -- Equipados com conectores:	-	0.20%

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

8544.49	- Outros condutores elétricos, para voltagem não superior a 1.000 V: --Outros:	-	0.20%
9004.90	Óculos para correção, proteção ou outros fins, e artigos semelhantes. - Outros:	-	0.20%
9018.39	Instrumentos e aparelhos para uso médico, cirúrgico, odontológico ou veterinário, inclusive aparelho de cintilografia, outros aparelhos médicos	-	0.20%
9404.10	Suportes para colchões: artigos de cama e mobiliários similares (por exemplo, colchões, colchas, edredons, almofadas, pufes e travesseiros)	-	0.20%
<b>SH</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tarifa exportação<sup>21</sup></b>	<b>Taxa<sup>22</sup></b>
9404.21	- Colchões: - - de borracha ou plástico alveolar, revestidos ou não	-	0.20%
9404.90	- Outros	-	0.20%
9506.32	Artigos e equipamentos para exercícios físicos em geral, ginástica, atletismo e outros esportes (inclusive tênis de mesa) ou jogos ao ar livres, não	-	0.20%
9506.61	- Outros tipos de bolas a não ser de golfe ou tênis de mesa: - - Bolas para tênis de grama	-	0.20%
9506.62	- Outros tipos de bolas a não ser de golfe ou tênis de mesa: - - Inflável	-	0.20%
9506.69	- Outros tipos de bolas a não ser de golfe ou tênis de mesa: - - Outros	-	0.20%

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

**Seção 2: Vietnã**

<b>SH</b>	<b>Descrição</b>	<b>Alíquota base</b>	<b>Categoria</b>
1211.90.14	---- <i>Aquilaria crassna pierre</i>	15%	C
1211.90.19	---- <i>Aquilaria crassna pierre</i>	15%	C
1211.90.98	---- <i>Aquilaria crassna pierre</i>	15%	C
1211.90.99	---- <i>Aquilaria crassna pierre</i>	15%	C
2502.00.00	Piritas de ferro não ustuladas.	10%	D
2503.00.00	Enxofre de todos os tipos, a não ser enxofre sublimado, enxofre precipitado e enxofre coloidal	10%	D
2504.10.00	- Em pó ou em flocos	10%	D
2504.90.00	- Outros	10%	D
2505.10.00	- Areias siliciosas e areias quartzosas	30%	K
2505.90.00	- Outros	30%	K
2506.10.00	- Quartzo	10%	D
2506.20.00	- Quartzito	10%	K
2507.00.00	Caulins e outras argilas caulínicas, calcinadas ou não.	10%	F
2508.10.00	- Bentonita	10%	F
2508.30.00	- Argila refratária	10%	F
2508.40.10	-- Terras de pisão (terras de fuller)	10%	F
2508.40.90	-- Outros	10%	F
2508.50.00	- Andaluzita, cianita e silimanita	10%	F
2508.60.00	- Mulita	10%	F
2508.70.00	- Barro cozido em pó (terra de <i>chamotte</i> ) ou terra de dinas	10%	F
2509.00.00	Giz.	17%	G
2510.10.10	-- Apatita	40%	G
2510.20.10	--- Microesferas com dimensões menores ou iguais a 0,25 mm	15%	G
2510.20.10	--- Grânulos tendo dimensões superiores a 0,25 mm, mas que não excedam 15 mm	25%	G
2510.20.10	--- Outros	40%	G
2511.10.00	- Sulfato de bário natural (baritina)	10%	K
2511.20.00	- Carbonato de bário natural (witherita)	10%	K
2512.00.00	Farinhas siliciosas fósseis (por exemplo, <i>kieselguhr</i> , tripolita e diatomita) e terras siliciosas anólogas, calcinadas ou não, de dimensão aparente específica de 1 ou	15%	E
2513.10.00	- Pedra-pomes	10%	F
2513.20.00	- Esmeril, corindo natural, granada natural e outros abrasivos naturais	10%	F

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

<b>SH</b>	<b>Descrição</b>	<b>Alíquota base</b>	<b>Categoria</b>
2514.00.00	Ardósia, desbastada ou apenas cortada, à serra ou por outro meio, em blocos ou <del>placas, de formato retangular (inclusive quadrado)</del>	17%	K
2515.11.00	-- Em bruto ou grosseiramente desbastada	17%	G
2515.12.10	--- Blocos	17%	G
2515.12.20	--- Placas	17%	G
2515.20.00	-- Calcário branco (mármore branco) em blocos	30%	G
2515.20.00	-- Outros	17%	G
2516.11.00	-- Em bruto ou grosseiramente desbastado	17%	K
2516.12.10	--- Blocos	25%	K
2516.12.20	--- Placas	17%	K
2516.20.10	-- Em bruto ou grosseiramente desbastado	17%	K
2516.20.20	-- Simplesmente cortada, à serra ou por outro meio, em blocos ou placas, de <del>formato retangular (inclusive quadrado)</del>	17%	K
2516.90.00	- Outras pedras para cantaria ou construção	17%	H
2517.10.00	- Calhaus, cascalho, pedras britadas, dos tipos geralmente usados em betão <del>(concreto) ou para pavimentação de estradas, de vias férreas ou outras balneares</del>	17%	E
2517.20.00	- Macadame de escória ou resíduo industrial semelhante, mesmo incorporando os <del>materiais citados no subtítulo 2517.10</del>	17%	E
2517.30.00	- Tarmacadame	17%	E
2517.41.00	--- De dimensão de 1-400 mm	14%	E
2517.41.00	--- Outros	17%	E
2517.49.00	--- Carbonato de cálcio em pó de pedras relacionadas no título 25.15, de dimensão <del>de 0,125mm ou menos</del>	5%	F
2517.49.00	--- Pó de carbonato de cálcio manufacturado de pedras relacionadas no título <del>25.15 de dimensão superior a 0,125mm e menos de 1 mm</del>	10%	F
2517.49.00	--- De dimensão de 1-400 mm	14%	E
2517.49.00	--- Outros	17%	E
2518.10.00	- Dolomita, não calcinada ou sinterizada	10%	K
2518.20.00	- Dolomita calcinada ou sinterizada	10%	K
2518.30.00	- Aglomerado de dolomita	10%	K
2519.10.00	- Carbonato de magnésio natural (Magnesita)	10%	D
2519.90.10	-- Magnésia eletrofundida; magnésia cáustica (sinterizada)	10%	D
2519.90.20	-- Outros	10%	D
2520.10.00	- Gipsita; anidrita	10%	H
2520.20.10	-- Dos tipos usados na odontologia	10%	H
2520.20.90	-- Outros	10%	H
2521.00.00	Castina; calcário e outras pedras calcárias, dos tipos utilizados para a manufatura <del>de cal ou cimento</del>	17%	K
<b>SH 2012</b>	<b>Descrição</b>	<b>Alíquota base</b>	<b>Categoria</b>
2522.10.00	- Cal viva	5%	F
2522.20.00	- Cal apagada	5%	F
2522.30.00	- Cal hidráulica	5%	F
2524.10.00	- Crocidolita	10%	K

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

2524.90.00	- Outros	10%	K
2526.10.00	- Não triturada e não em pó	30%	K
2526.20.10	- - Pó de talco	30%	K
2526.20.90	- - Outros	30%	K
2528.00.00	Boratos naturais e seus concentrados (calcinados ou não), mas não incluindo boratos generados de ácidos calcinados naturais ácido bórico natural contendo ou não	10%	D
2529.10.00	- Feldspato	10%	H
2529.21.00	- - Contendo, em peso, 97% ou menos de fluoreto de cálcio	10%	D
2529.22.00	- - Contendo, em peso, mais que 97% de fluoreto de cálcio	10%	D
2529.30.00	- - Leucita; nefelina e nefelina-sienito	10%	H
2530.10.00	- Vermiculita, perlita e cloritas não expandidas	10%	H
2530.20.10	- - Kieserite	10%	H
2530.20.20	- - Epsomite	10%	H
2530.90.10	- - Silicatos de zircônio dos tipos usados como opacificantes	10%	H
2530.90.90	- - Outros	10%	H
2601.11.00	- - Não aglomerados	40%	I
2601.12.00	- - Aglomerados	40%	I
2601.20.00	- Piritas de ferro ustuladas.	40%	I
2602.00.00	Minérios de manganês e concentrados, inclusive minérios de manganês ferrosos e concentrados com um conteúdo de manganês de 20% ou mais	40%	I
2603.00.00	Minérios de cobre e concentrados.	40%	K
2604.00.00	- Bruto	30%	I
2604.00.00	- Concentrados	20%	J
2605.00.00	- Bruto	30%	K
2605.00.00	- Concentrados	20%	K
2606.00.00	- Bruto	30%	K
2606.00.00	- Concentrados	20%	K
2607.00.00	Minérios de chumbo e concentrados.	40%	K
2608.00.00	Minérios de zinco e concentrados.	40%	I
2609.00.00	- Bruto	30%	G
<b>SH 2012</b>	<b>Descrição</b>	<b>Alíquota base</b>	<b>Categoria</b>
2609.00.00	- Concentrados	20%	G
2610.00.00	Minérios de cromo e concentrados.	30%	G
2611.00.00	- Bruto	30%	G
2611.00.00	- Concentrados	20%	G
2612.10.00	- - Bruto	30%	K
2612.10.00	- - Concentrados	20%	K
2612.20.00	- - Bruto	30%	K
2612.20.00	- - Concentrados	20%	K

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

2613.10.00	- Ustulado	20%	E
2613.90.00	-- Bruto	30%	E
2613.90.00	-- Concentrados	20%	E
2614.00.10	-- Redução de ilmenita ( $TiO_2 \geq 56\%$ e $FeO \leq 11\%$ )	15%	K
2614.00.10	-- Concentrados de ilmenita	30%	K
2614.00.10	-- Outros	40%	K
2614.00.90	-- Concentrados de rutilo $83\% \leq TiO_2 \leq 87\%$	30%	K
2614.00.90	-- Outros	40%	K
2615.10.00	-- Bruto	30%	K
2615.10.00	--- Zircônio em pó com dimensão inferior a $75\mu m$	10%	K
2615.10.00	--- Outros	20%	K
2615.90.00	--- Bruto	30%	K
2615.90.00	--- Concentrados	20%	K
2615.90.00	--- Bruto	30%	K
2615.90.00	--- Concentrados	20%	K
2616.10.00	-- Bruto	30%	K
2616.10.00	-- Concentrados	20%	K
2616.90.00	-- Minérios de ouro e concentrados.	30%	K
2616.90.00	--- Bruto	30%	K
2616.90.00	--- Concentrados	20%	K
2617.10.00	-- Bruto	30%	K
2617.10.00	-- Concentrados	20%	K
2617.90.00	-- Bruto	30%	K
2617.90.00	-- Concentrados	20%	K
2621.90.00	-- Escória	7%	K
2701.11.00	-- Antracito	10%	K
<b>SH 2012</b>	<b>Descrição</b>	<b>Alíquota base</b>	<b>Categoria</b>
2701.12.10	--- Carvão coque	10%	H
2701.12.90	--- Outros	10%	K
2701.19.00	-- Outros carvões	10%	K
2701.20.00	- Combustíveis sólidos em formato de briquete, ovoide ou semelhantes, obtidos a partir de hulha	10%	K
2702.10.00	- Linhitos, pulverizados ou não, mas não aglomerados	15%	K
2702.20.00	- Linhitos aglomerados	15%	K
2703.00.10	- Turfa, comprimida em blocos, mas não aglomerada	15%	K
2703.00.20	- Turfa aglomerada	15%	K
2704.00.10	- Carvão coque e semicoque	13%	H
2704.00.20	- Coque ou semicoque de linhito ou turfa	13%	H

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

2704.00.30	- Carvão de retorta	13%	H
2709.00.10	- Óleos brutos de petróleo	10%	K
2709.00.20	- Condensados	10%	K
2804.70.00	-- Fósforo	5%	B
2817.00.10	-- Óxido de zinco em pó	5%	B
2823.00.00	- Escória de titânio ( $TiO_2 \geq 85\%$ , $FeO \leq 10\%$ )	10%	B
2823.00.00	- Escória de titânio ( $TiO_2 \geq 85\%$ , $FeO \leq 10\%$ )	10%	B
2823.00.00	- Rutilo ( $TiO_2 > 87\%$ )	10%	B
3824.90.99	---- Pó de carbonado de cálcio impregnado com ácido esteárico, manufaturado a partir das pedras relacionadas no título 25.15, de dimensão inferior a 1 mm	3%	A
4002.11.00	-- Látex	1%	D
4002.19.10	--- Em formas primárias ou não vulcanizado, chapas, folhas ou tiras não compostas	1%	D
4002.19.90	--- Outros	1%	D
4002.20.10	-- Em formas primárias	1%	D
4002.20.90	-- Outros	1%	D
4002.31.10	--- Chapas, folhas ou tiras não vulcanizadas e não compostas	1%	D
4002.31.90	--- Outros	1%	D
4002.39.10	--- Chapas, folhas ou tiras não vulcanizadas e não compostas	1%	D
4002.39.90	--- Outros	1%	D
4002.41.00	-- Látex	1%	D
4002.49.10	--- Em formas primárias	1%	D
4002.49.90	--- Outros	1%	D
4002.51.00	-- Látex	1%	D
4002.59.10	--- Em formas primárias	1%	D
<b>SH 2012</b>	<b>Descrição</b>	<b>Alíquota base</b>	<b>Categoria</b>
4002.59.90	--- Outros	1%	D
4002.60.10	-- Em formas primárias	1%	D
4002.60.90	-- Outros	1%	D
4002.70.10	-- Em formas primárias	1%	D
4002.70.90	-- Outros	1%	D
4002.80.10	-- Misturas de látex de borracha natural com látex de borracha sintética	1%	D
4002.80.90	-- Outros	1%	D
4002.91.00	-- Látex	1%	D
4002.99.20	---- De látex de borracha sintética	1%	D
4002.99.90	---- De látex de borracha sintética	1%	D
4005.10.10	-- De gomas naturais	1%	D
4005.10.90	-- Outros	1%	D
4005.20.00	- Soluções; dispersões que não aquelas do subtítulo 4005.10	1%	D

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4005.91.10	--- De gomas naturais	1%	D
4005.91.90	--- Outros	1%	D
4005.99.10	--- Látex	1%	D
4005.99.90	--- Outros	1%	D
4101.20.10	-- Pré-curtido	10%	A
4101.20.90	-- Outros	10%	A
4101.50.10	-- Pré-curtido	10%	A
4101.50.90	-- Outros	10%	A
4101.90.10	-- Pré-curtido	10%	A
4101.90.90	-- Outros	10%	A
4102.10.00	- Com lã	5%	A
4102.21.00	-- Conservado	5%	A
4102.29.10	--- Pré-curtido	5%	A
4102.29.90	--- Outros	5%	A
4103.20.10	--- Outros	5%	A
4103.20.90	--- Outros	5%	A
4103.30.00	- De porco	10%	A
4103.90.00	- Outros	10%	A
4401.10.00	- Madeira para combustível, em toras, em pedaços, em gravetos, em feixes ou em formatos similares	5%	D
4402.10.00	- De bambu	10%	D
4402.90.90	-- Outros	5%	D

<b>SH 2012</b>	<b>Descrição</b>	<b>Alíquota base</b>	<b>Categoria</b>
4402.90.90	-- Outros	10%	D
4403.10.10	-- Barrotes, toras de serraria e folheados	10%	D
4403.10.90	-- Outros	10%	D
4403.20.10	-- Barrotes, toras de serraria e folheados	10%	D
4403.20.90	-- Outros	10%	D
4403.41.10	--- Barrotes, toras de serraria e folheados	10%	D
4403.41.90	--- Outros	10%	D
4403.49.10	--- Barrotes, toras de serraria e folheados	10%	D
4403.49.90	--- Outros	10%	D
4403.91.10	--- Barrotes, toras de serraria e folheados	10%	D
4403.91.90	--- Outros	10%	D
4403.92.10	--- Barrotes, toras de serraria e folheados	10%	D
4403.92.90	--- Outros	10%	D

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4403.99.10	--- Barrotes, toras de serraria e folheados	10%	D
4403.99.90	--- Outros	10%	D
4404.10.00	- Conífera	5%	D
4404.20.10	-- Estilhas de madeira	5%	D
4404.20.90	-- Outros	5%	D
4406.10.00	- Não impregnado	20%	C
4406.90.00	- Outros	20%	C
4407.10.00	-- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.10.00	-- Outros	20%	C
4407.21.10	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.21.10	---- Outros	20%	C
4407.21.90	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.21.90	---- Outros	20%	C
4407.22.10	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.22.10	---- Outros	20%	C
4407.22.90	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.22.90	---- Outros	20%	C
4407.25.11	----- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.25.11	----- Outros	20%	C
<b>SH 2012</b>	<b>Descrição</b>	<b>Alíquota base</b>	<b>Categoria</b>
4407.25.19	----- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.25.19	----- Outros	20%	C
4407.25.21	----- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.25.21	----- Outros	20%	C
4407.25.29	----- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.25.29	----- Outros	20%	C
4407.26.10	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.26.10	---- Outros	20%	C
4407.26.90	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.26.90	---- Outros	20%	C
4407.27.10	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.27.10	---- Outros	20%	C
4407.27.90	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.27.90	---- Outros	20%	C
4407.28.10	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.28.10	---- Outros	20%	C
4407.28.90	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4407.28.90	---- Outros	20%	C
4407.29.11	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.11	---- Outros	20%	C
4407.29.19	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.19	---- Outros	20%	C
4407.29.21	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.21	---- Outros	20%	C
4407.29.29	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.29	---- Outros	20%	C
4407.29.31	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.31	---- Outros	20%	C

<b>SH 2012</b>	<b>Descrição</b>	<b>Alíquota base</b>	<b>Categoria</b>
4407.29.39	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.39	---- Outros	20%	C
4407.29.41	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.41	---- Outros	20%	C
4407.29.49	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.49	---- Outros	20%	C
4407.29.51	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.51	---- Outros	20%	C
4407.29.59	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.59	---- Outros	20%	C
4407.29.61	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.61	---- Outros	20%	C
4407.29.69	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.69	---- Outros	20%	C
4407.29.71	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.71	---- Outros	20%	C
4407.29.79	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.79	---- Outros	20%	C
4407.29.81	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.81	---- Outros	20%	C
4407.29.89	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.89	---- Outros	20%	C
4407.29.91	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4407.29.91	---- Outros	20%	C
4407.29.92	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.92	---- Outros	20%	C
4407.29.93	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.93	---- Outros	20%	C

SH 2012	Descrição	Alíquota base	Categoria
4407.29.99	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.29.99	---- Outros	20%	C
4407.91.10	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.91.10	---- Outros	20%	C
4407.91.90	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.91.90	---- Outros	20%	C
4407.92.10	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.92.10	---- Outros	20%	C
4407.92.90	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.92.90	---- Outros	20%	C
4407.93.10	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.93.10	---- Outros	20%	C
4407.93.90	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.93.90	---- Outros	20%	C
4407.94.10	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.94.10	---- Outros	20%	C
4407.94.90	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.94.90	---- Outros	20%	C
4407.95.10	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.95.10	---- Outros	20%	C
4407.95.90	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.95.90	---- Outros	20%	C
4407.99.10	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.99.10	---- Outros	20%	C
4407.99.90	---- Com espessura de 30 mm ou menos, largura de 95 mm ou menos, comprimento de 1.050 mm ou menos	5%	D
4407.99.90	---- Outros	20%	C
4408.10.10	-- Ripas de cedro do tipo usado para fabricação de lápis; <i>Pinus radiata</i> do tipo usado para a fabricação de compensado	5%	D
4408.10.30	-- Folhas para folheados	5%	D
4408.10.90	-- Outros	5%	D
SH 2012	Descrição	Alíquota base	Categoria

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

4408.31.00	-- Madeira Meranti vermelho escuro, vermelho claro e bakau	5%	D
4408.39.10	--- Ripas de madeira Jelutong dos tipos utilizados para a manufatura de lápis	5%	D
4408.39.90	--- Outros	5%	D
4408.90.00	- Outros	5%	D
4409.10.00	- Coníferas	5%	D
4409.21.00	-- De bambu	5%	A
4409.29.00	-- Outros	5%	D
7102.10.00	-- Em bruto ou simplesmente serrado, clivado ou desbastado	15%	C
7102.10.00	-- Outros	5%	D
7102.21.00	-- Em bruto ou simplesmente serrado, clivado ou desbastado	15%	C
7102.29.00	-- Outros	5%	D
7102.31.00	-- Em bruto ou simplesmente serrado, clivado ou desbastado	15%	D
7102.39.00	-- Outros	5%	D
7103.10.10	-- Rubis	15%	C
7103.10.20	-- Jade (nephrite e jadeite)	15%	C
7103.10.90	-- Outros	15%	C
7103.91.10	--- Rubis	5%	D
7103.91.90	--- Outros	5%	D
7103.99.00	-- Outros	5%	D
7104.10.10	-- Em bruto	10%	D
7104.10.20	-- Trabalhado	5%	D
7104.20.00	- Outros, em bruto ou simplesmente serrado ou grosseiramente desbastado	10%	D
7104.90.00	- Outros	5%	D
7105.10.00	- De diamantes	3%	D
7105.90.00	- Outros	3%	D
7106.10.00	- Em pó	5%	D
7106.91.00	-- Não fundido	5%	D
7106.92.00	-- Semimanufaturado	5%	D
7108.11.00	-- Em pó	2%	K
7108.12.00	-- Outras formas não fundidas	2%	K
7108.13.00	-- Outras formas semimanufaturadas	2%	K
7108.20.00	- Monetário	2%	K
7113.19.10	--- Peças	2%	K
7113.19.90	--- Outros	2%	K

SH 2012	Descrição	Alíquota base	Categoria
---------	-----------	---------------	-----------

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

7114.19.00	-- De outro metal precioso, s metal, mesmo revestido, folheado ou chapeado	2%	K
7115.90.10	-- De ouro ou prata	2%	K
7204.10.00	- Resíduo e sucata de ferro fundido	17%	H
7204.21.00	-- De aço inoxidável	15%	H
7204.29.00	-- Outros	17%	H
7204.30.00	- Resíduo e sucata de ferro estanhado ou aço	17%	H
7204.49.00	-- Outros	17%	H
7204.50.00	- Desperdícios em lingotes	17%	H
7401.00.00	- Mates de cobre	15%	C
7401.00.00	- Outros	20%	C
7403.11.00	--- Cobre puro refinado:	10%	D
7403.11.00	--- Outros	20%	C
7403.12.00	-- Barras para obtenção de fios	20%	C
7403.13.00	-- Fragmentos	20%	C
7403.19.00	-- Outros	20%	C
7403.21.00	-- Ligas à base de cobre-zinco (latão)	20%	C
7403.22.00	-- Ligas à base de cobre-estanho (bronze)	20%	C
7403.29.00	-- Outras ligas de cobre (que não sejam as ligas padrão do título 74.05)	20%	C
7404.00.00	- Outros	22%	H
7405.00.00	Ligas padrão de cobre.	15%	C
7406.10.00	- Pós de estrutura não lamelar	15%	C
7406.20.00	- Pós de estrutura lamelar; flocos	15%	C
7407.10.30	-- Perfis	10%	D
7407.10.40	-- Barras	10%	D
7407.21.00	-- De ligas à base de cobre-zinco (latão)	10%	D
7407.29.00	-- Outros	10%	D
7501.10.00	- Mates de níquel	5%	A
7502.10.00	- Níquel não ligado	5%	A
7502.20.00	- Ligas de níquel	5%	A
7503.00.00	- Outros	22%	G
7504.00.00	Pós e flocos de níquel	5%	A
7505.11.00	-- De níquel não ligado	5%	D
7505.12.00	-- De ligas de níquel	5%	D
7601.10.00	-- Lingotes	15%	D

SH 2012	Descrição	Alíquota base	Categoria
---------	-----------	---------------	-----------

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

7601.20.00	-- Lingotes	15%	D
7602.00.00	- Outros	22%	H
7603.10.00	- Pós de estrutura não lamelar	10%	D
7603.20.00	- Pós de estrutura lamelar; flocos	10%	D
7801.10.00	-- Lingotes	15%	C
7801.91.00	--- Lingotes	15%	C
7801.99.00	--- Lingotes	15%	C
7802.00.00	- Outros	22%	G
7804.20.00	- Pós e flocos	5%	A
7806.00.20	-- Barras, perfis	5%	D
7901.11.00	--- Lingotes	10%	D
7901.12.00	--- Lingotes	10%	D
7901.20.00	-- Lingotes	10%	D
7902.00.00	- Outros	22%	G
7903.10.00	- Pó de zinco	5%	A
7903.90.00	- Outros	5%	A
7904.00.00	- Barras, perfis	5%	D
8001.10.00	-- Lingotes	10%	D
8001.20.00	-- Lingotes	10%	D
8002.00.00	- Outros	22%	G
8003.00.10	- Barras de solda	5%	A
8003.00.90	-- Barras e perfis de estanho	5%	A
8007.00.30	-- Pós e flocos	5%	A
8101.10.00	- Pós	5%	D
8101.94.00	-- Tungstênio não fundido, inclusive barras obtidas simplesmente por sinterização	5%	D
8101.96.00	-- Fios	5%	D
8101.97.00	-- Desperdício e aparas	22%	G
8101.99.10	--- Barras não obtidas simplesmente por sinterização; perfis, folhas, tiras e lâminas	5%	D
8101.99.90	--- Outros	5%	D
8102.10.00	- Pós	5%	D
8102.94.00	-- Molibdênio não fundido, inclusive barras obtidas simplesmente por sinterização	5%	D
8102.95.00	-- Barras não obtidas simplesmente por sinterização; perfis, chapas, folhas, tiras e lâminas	5%	D
8102.96.00	-- Fios	5%	D
<b>SH 2012</b>	<b>Descrição</b>	<b>Alíquota base</b>	<b>Categoria</b>
8102.97.00	-- Desperdício e aparas	22%	G
8102.99.00	-- Outros	5%	D
8103.20.00	- Tungstênio não fundido, inclusive barras obtidas simplesmente por sinterização; pós	5%	D

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

8103.30.00	- Desperdício e aparas	22%	G
8103.90.00	- Outros	5%	D
8104.11.00	-- Contendo pelo menos 99,8% por peso de magnésio	15%	C
8104.19.00	-- Outros	15%	C
8104.20.00	- Desperdício e aparas	22%	G
8104.30.00	- Aparas, resíduos de tornos e grânulos, calibrados de acordo com o tamanho; pós	15%	C
8104.90.00	- Outros	15%	C
8105.20.10	-- Cobalto não fundido	5%	B
8105.20.90	-- Semimanufaturado	5%	B
8105.20.90	--- Outros	5%	B
8105.30.00	- Desperdício e aparas	22%	G
8105.90.00	- Outros	5%	B
8106.00.10	-- Desperdício e aparas	22%	G
8106.00.10	-- Outros	5%	D
8106.00.90	-- Semimanufaturado	5%	D
8106.00.90	-- Outros	5%	D
8107.20.00	- Cádmio não fundido; pós	5%	D
8107.30.00	- Desperdício e aparas	22%	G
8107.90.00	-- Semimanufaturado	5%	D
8107.90.00	-- Outros	5%	D
8108.20.00	- Titânio não fundido; pós	5%	D
8108.30.00	- Desperdício e aparas	22%	G
8108.90.00	-- Semimanufaturado	5%	D
8108.90.00	-- Outros	5%	D
8109.20.00	- Zircônio não fundido; pós	5%	D
8109.30.00	- Desperdício e aparas	22%	G
8109.90.00	-- Semimanufaturado	5%	D
8109.90.00	-- Outros	5%	D
8110.10.00	- Antimônio em bruto; pós	5%	D
8110.20.00	- Desperdício e aparas	22%	G

SH 2012	Descrição	Alíquota base	Categoria
8110.90.00	-- Semimanufaturado	5%	D
8110.90.00	-- Outros	5%	D
8111.00.00	- Desperdício e aparas	22%	G
8111.00.00	-- Semimanufaturado	5%	D

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

8111.00.00	-- Outros	5%	D
8112.12.00	-- Em bruto; pós	5%	D
8112.13.00	-- Desperdício e aparas	22%	G
8112.19.00	--- Semimanufaturado	5%	D
8112.19.00	--- Outros	5%	D
8112.21.00	-- Em bruto; pós	5%	D
8112.22.00	-- Desperdício e aparas	22%	G
8112.29.00	-- Semimanufaturado	5%	D
8112.29.00	--- Outros	5%	D
8112.51.00	-- Em bruto; pós	5%	D
8112.52.00	-- Desperdício e aparas	22%	G
8112.59.00	--- Semimanufaturado	5%	D
8112.59.00	--- Outros	5%	D
8112.92.00	--- Em bruto; desperdício e aparas; pós	22%	G
8112.92.00	--- Outros	5%	D
8112.99.00	--- Semimanufaturado	5%	D
8112.99.00	--- Outros	5%	D
8113.00.00	-- Desperdício e aparas	22%	G
8113.00.00	-- Semimanufaturado	5%	D
8113.00.00	-- Outros	5%	D

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês  
ELIMINAÇÃO DE TARIFAS**

**Seção A: Eliminação e redução de tarifas**

1. A alíquota base da tarifa aduaneira e a categoria que determina a alíquota provisória da tarifa aduaneira em cada etapa de redução para um determinado item são indicadas para o item em questão na Lista de cada Parte.
2. As alíquotas de desgravação provisórias deverão ser arredondadas para baixo pelo menos para o decimal mais próximo no caso de porcentagem ou, se a alíquota da tarifa for expressa em unidades monetárias, conforme especificado na Lista de Tarifas de cada Parte.
3.
  - (a) Exceto se disposto de outro modo no parágrafo 4(a), quando este Acordo entrar em vigor para uma Parte, conforme previsto nos parágrafos 1, 2 ou 3 do Artigo 30.5 (Entrada em vigor):
    - (i) as alíquotas das tarifas aduaneiras indicadas em qualquer linha tarifária na Lista dessa Parte em qualquer categoria de desgravação que não seja "Entrada em vigor EIF" serão reduzidas inicialmente na data de entrada em vigor deste Acordo para essa Parte; e
    - (ii) exceto se disposto de outro modo na Lista dessa Parte, a segunda etapa de redução de tarifa deverá entrar em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte, e cada etapa de redução de tarifa anual subsequente entrará em vigor em 1º de janeiro de cada ano subsequente.
  - (b) Exceto se disposto de outro modo no parágrafo 4(b)(i), quando este Acordo entrar em vigor para uma Parte, conforme previsto nos parágrafos 4 e 5 do Artigo 30.5 (Entrada em vigor):
    - (i) na data de entrada em vigor deste Acordo para essa Parte, essa Parte deverá implementar todas as etapas de redução de tarifas que teria implementado até aquela data caso este Acordo tivesse entrado em vigor conforme previsto nos parágrafos 1, 2 ou 3 do Artigo 30.5 (Entrada em vigor); e
    - (ii) exceto se disposto de outro modo na Lista dessa Parte, a próxima etapa de redução de tarifa anual seguinte àquelas etapas implementadas conforme previsto no item (b)(i) entrará em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de entrada em vigor deste Acordo para essa Parte, e cada etapa de redução de tarifa anual subsequente entrará em vigor em 1º de janeiro de cada ano subsequente.
4.
  - (a) Uma Parte para a qual este Acordo tenha entrado em vigor conforme previsto nos parágrafos 1, 2 ou 3 do Artigo 30.5 (Entrada em vigor) (uma "Parte original") poderá, com respeito a uma Parte para a qual o Acordo tenha entrado em vigor

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

conforme previsto nos parágrafos 4 ou 5 do Artigo 30.5 (uma “nova Parte”),  
poderá tanto:

- (i) aplicar sua Lista para este Anexo como se o presente Acordo tivesse entrado em vigor para ambas as Partes na data de entrada em vigor do Acordo para a nova Parte; quanto
  - (ii) aplicar sua Lista para este Anexo como se o presente Acordo tivesse entrado em vigor para ambas as Partes na data de entrada em vigor do Acordo para a Parte original.
- (b) Se a Parte original aplicar sua Lista como se o presente Acordo tivesse entrado em vigor para ambas as Partes na data de entrada em vigor do Acordo para a nova Parte nos termos do parágrafo 4(a)(i), a nova Parte poderá aplicar sua Lista com respeito à Parte original, tanto:
  - (i) como se o presente Acordo tivesse entrado em vigor para ambas as Partes na data de entrada em vigor do Acordo para a nova Parte; quanto
  - (ii) como se o presente Acordo tivesse entrado em vigor para ambas as Partes na data de entrada em vigor do Acordo para a Parte original.
- (c) Uma Parte original deverá, no máximo dentro de 12 dias após a data da determinação positiva pela Comissão a qual se refere o Artigo 30.5.5 (Entrada em vigor) para um signatário, notificar esse signatário e todas as outras Partes da sua decisão nos termos do parágrafo 4(a) com respeito ao signatário. Um signatário deverá, no máximo dentro de 24 dias após a data da determinação positiva pela Comissão a qual se refere o Artigo 30.5.5 para esse signatário, notificar todas as Partes da sua decisão nos termos do parágrafo 4(b) com respeito a cada Parte original que tenha notificado sua decisão para aplicar sua Lista de acordo com o parágrafo 4(a)(i) para esse signatário.
- (d) Uma Parte original que não notifique sua decisão nos termos do item (a) conforme previsto no item (c) deverá, mediante a entrada em vigor do presente Acordo para a nova Parte, aplicar sua Lista à nova Parte de acordo com o item (a)(ii). Uma nova Parte que não notifique sua eleição nos termos do item (b) conforme previsto no item (c) deverá, mediante a entrada em vigor do presente Acordo para a nova Parte, aplicar sua Lista à Parte original conforme o item (b)(ii).
- (e) Para maior certeza:
  - (i) uma Parte original que aplique sua Lista a uma nova Parte conforme disposto no parágrafo 4(a)(i) poderá unilateralmente acelerar a eliminação das tarifas aduaneiras sobre uma mercadoria originária determinada em sua Lista para este Anexo com respeito à nova Parte nos termos do Artigo 2.4.5 (Eliminação de tarifas aduaneiras); e

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (ii) uma nova Parte que aplique sua Lista a uma Parte original conforme disposto no parágrafo 4(b)(i) poderá unilateralmente acelerar a eliminação das tarifas aduaneiras sobre uma mercadoria originária determinada em sua Lista para este Anexo com respeito à Parte original nos termos do Artigo 2.4.5 (Eliminação de tarifas aduaneiras); e
  
- (f) Não obstante qualquer disposição do presente Acordo, se na data de entrada em vigor do Acordo para uma nova Parte para a qual uma Parte original tenha decidido aplicar sua Lista conforme previsto no parágrafo 4(a)(i):
  - (i) a Parte original acelera unilateralmente a eliminação de tarifas aduaneiras sobre uma mercadoria originária da nova Parte, a Parte original não deverá reverter essa aceleração subsequentemente; e
  - (ii) a nova Parte acelera unilateralmente a eliminação de tarifas aduaneiras sobre uma mercadoria originária da Parte original, a nova Parte não deverá reverter essa aceleração subsequentemente.

5. No caso de uma discrepância na Lista de uma Parte a este Anexo entre a categoria de desgravação especificada para um item e qualquer alíquota tarifária especificada para aquele item para um ano em particular, a Parte aplicará a alíquota exigida de acordo com a categoria de desgravação especificada para o item.

6. Pare efeito deste Anexo e da Lista de uma Parte:

(a) **ano um** significa:

- (i) exceto conforme disposto nos itens (a) (ii) e (iii), o ano de entrada em vigor do presente Acordo para qualquer Parte nos termos do Artigo 30.5.1 (Entrada em vigor);
  
- (ii) na Lista de uma Parte original, com respeito a mercadorias de uma nova Parte para a qual a Parte original tenha decidido aplicar sua Lista conforme previsto no parágrafo 4(a)(i), o ano de entrada em vigor do presente Acordo para essa nova Parte; e
  
- (iii) na Lista de uma nova Parte, com respeito a mercadorias de uma Parte original para a qual a nova Parte tenha decidido aplicar sua Lista conforme previsto no parágrafo 4(b)(i), o ano de entrada em vigor do presente Acordo para a nova Parte; mas
  
- (iii) não obstante o disposto nos itens (a)(ii) e (iii):

- 1) para efeito de qualquer cota de alíquota tarifária ou medida

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência  
Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

de salvaguarda indicada na Lista de uma Parte e aplicável a mercadorias originárias de todas as Partes, ano um significa o ano que o presente Acordo entra em vigor para qualquer Parte nos termos do Artigo 30.5.1 (Entrada em vigor); e

2) para efeito de qualquer cota tarifária ou medida de salvaguarda indicada na Lista de uma Parte e aplicável a mercadorias originárias de mais de uma Parte, mas não de todas as Partes, ano um terá o significado estabelecido na Lista dessa Parte.

(b) **ano dois** significa o ano seguinte ao ano um; **ano três** significa o ano seguinte ao ano dois, **ano quatro** significa o ano seguinte ao ano três, e assim por diante.

(c) **ano** significa um ano civil começando em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro, exceto se disposto de outro modo na Lista de uma Parte.

7. Para linhas tarifárias nas quais é aplicável uma salvaguarda como identificado na Lista de uma Parte a este Anexo, as modalidades de salvaguarda conforme se aplica a mercadorias originárias são as especificadas na seção B da Lista.

**Seção B: Tarifas diferenciadas**

8. Salvo se disposto de outro modo na Lista de uma Parte para este Anexo, se uma Parte importadora aplica tratamento tarifário preferencial diferente a outras Partes para a mesma mercadoria originária no momento em que uma reivindicação de tratamento tarifário preferencial é feita de acordo com a Lista da Parte importadora para este Anexo, a Parte importadora aplicará a alíquota de tarifa aduaneira para a mercadoria originária da Parte onde ocorreu o último processo de produção, que não tenha sido uma operação mínima.

9. Para efeito do parágrafo 1, operação mínima é:

- (a) uma operação para garantir a manutenção de uma mercadoria em boas condições para fins de transporte e armazenamento;
- (b) embalar, reembalar, fracionar os lotes para venda ou colocar uma mercadoria para venda no varejo, inclusive colocar em garrafas, latas, frascos, sacos, estojos ou caixas;
- (c) diluição simples com água ou outra substância que não altere significativamente as características do produto;
- (d) conjunto de itens para formar conjuntos, kits ou mercadorias compostas; e

**Sujeito à revisão jurídica em inglês, espanhol e francês  
para efeito de precisão, clareza e coerência**

**Sujeito à autenticação das versões em inglês, espanhol e francês**

- (e) qualquer combinação de operações relacionadas nos itens de (a) a (d).

10. Não obstante o disposto no parágrafo 8 e quaisquer regras e condições aplicáveis estabelecidas na Lista de uma Parte a este Anexo, a Parte importadora permitirá que um importador reivindique tratamento tarifário preferencial em qualquer das situações abaixo:

- (a) na alíquota mais alta de tarifa aduaneira aplicável a uma mercadoria originária de qualquer das Partes; ou
- (b) na alíquota mais alta de tarifa aduaneira aplicável a uma mercadoria originária de qualquer Parte onde o processo de produção ocorreu.